



Tenha acesso as versões digitais das Publicações Legais dessa edição no QR CODE ao lado. Veja também em nosso site:

www.otempo.com.br/publicidade-legal

GASMIG
Grupo Cemig

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG
CNPJ 22.261.473/0001-85 - NIRE: NIRE: 3130000581-0

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO**

Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig ("Companhia" e "Gasmig") a ser realizada de modo exclusivamente digital, em 27 de março de 2024, às 15h00, por meio de plataforma Microsoft Teams, que possibilitará que os acionistas participem e votem na AGE, sem prejuízo do envio do boletim de voto a distância, a fim de deliberar-se sobre a seguinte ordem do dia: 1. Reforma do Estatuto Social da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig visando alterar a composição da Diretoria Executiva. Belo Horizonte, 20 de março de 2024.

GASMIG
Grupo Cemig

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG
CNPJ 22.261.473/0001-85 - NIRE: NIRE: 3130000581-0

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO**

Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig ("Companhia" e "Gasmig") a ser realizada de modo exclusivamente digital, em 27 de março de 2024, às 15h00, por meio de plataforma Microsoft Teams, que possibilitará que os acionistas participem e votem na AGE, sem prejuízo do envio do boletim de voto a distância, a fim de deliberar-se sobre a seguinte ordem do dia: 1. Reforma do Estatuto Social da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig visando alterar a composição da Diretoria Executiva. Belo Horizonte, 20 de março de 2024. Extrato da Ata da 273ª Reunião do Conselho de Administração Data, hora e local: 06/03/2024, às 15h00, por meio de videoconferência Mesa: Presidente - Reynaldo Passanezi Filho / Secretário - Helder Pereira Sena Sumário dos fatos ocorridos: 1 - Os membros do Conselho de Administração, após a apresentação, análise e discussão, deliberaram, por unanimidade: 1 - (i) encaminhar à Assembleia Geral de Acionistas a proposta de reforma do Estatuto Social da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig; e, (ii) aprovar a revisão do Regimento Interno da Diretoria Executiva, condicionada à aprovação da reforma do Estatuto Social; e, 2 - eleger, para o cargo de Diretor Administrativo da Diretoria Executiva da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig, Marcos Montes Cordeiro, brasileiro, casado, médico, residente em Uberaba/MG, portador da Carteira de Identidade nº MG-16.009.270, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 191.529.226-34, para cumprimento do atual mandato que será finalizado na primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2024. O Presidente esclareceu que a Diretoria Executiva ficou assim composta: Diretor-Presidente: Gilberto Moura Valle Filho; Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Carlos Eduardo de Moraes Barros Junior; Diretor Administrativo: Marcos Montes Cordeiro; Diretor Comercial: Rodrigo Solha Pazzini de Freitas, cumulativamente com suas funções de Diretor Técnico; e, Diretor Técnico: Rodrigo Solha Pazzini de Freitas; e, II - Participação dos Conselheiros: Reynaldo Passanezi Filho, Carlos Ivan Camargo de Colón, Cláudia Silvia Zanchi Piunti, José Reinaldo Magalhães e Hélio Cesar Brasileiro; e Helder Pereira Sena, Secretário da Mesa. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Certifico o registro sob o número: 11592947.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS/MG

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS/MG, torna público o PROCESSO Nº 023/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024, objetivando a contratação de empresa para emissão e impressão de Guias para Recolhimento de Tributos - IPTU/2024 e taxa de Coleta de Lixo. A sessão pública ocorrerá exclusivamente em ambiente eletrônico, na internet, no endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, às 9h do dia 15/04/2024. Edital e anexos no site www.salinas.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS/MG

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS/MG, torna público o PROCESSO Nº 024/2024, PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 008/2024, objetivando a aquisição de pré moldados. A sessão pública ocorrerá exclusivamente em ambiente eletrônico, na internet, no endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, às 9h do dia 11/04/2024. Edital e anexos no site www.salinas.mg.gov.br.



**EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO LEILÃO EXTRAJUDICIAL
(Online)**



LEONY GOMES DOS SANTOS JUNIOR, Leiloeiro Oficial, CPF/MF. 288.468.931-15, matriculado na JUCEG sob o nº-34, com escritório na Avenida das Palmeiras esquina com Rua Vitória Régia, Quadra 05, Lote 06, Bairro Jardim dos Buritis, CEP: 74.923.640 - Aparecida de Goiânia-GO. Fone (62) 3250 1500 - 99679 7098, autorizado pela Credora Fiduciária, **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA - SICOOB UNICENTRO BR**, CNPJ nº 37.395.399/0001-67, venderá o imóvel abaixo descrito, na forma da Lei 9.514/97 e suas alterações posteriores, em **PRIMEIRO LEILÃO PÚBLICO, no dia 08/04/2024 às 10:00 horas**, de forma online, através do site: www.leiloesbrasil.com.br. **EMITENTE DEVEDORA/GARANTIDORA FIDUCIANTE: DAYVI HEBERT PENATTI ARCENCIO, CPF nº 624.189.631-87**. A venda se dará à vista, sendo à comissão do Leiloeiro no percentual de 5%, despesas de: escritura, registro, averbações, impostos, IPTU, água, energia, condomínio, e, desocupação do imóvel de inteira responsabilidade do arrematante. **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL - (UBERLÂNDIA-MG)**. Um imóvel situado nesta cidade, na Rua Martinésia nº 303, constituído pela Sala 104, localizada no 1º pavimento do "Edifício NaUm", com 33,4500m², melhor descrito na matrícula nº 84.035 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Uberlândia/MG. O valor para o **PRIMEIRO LEILÃO PÚBLICO** será em conformidade com o Artigo 24, da Lei 9.514, na ordem de: **R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais)**. Não ocorrendo à venda no primeiro leilão, será realizado **SEGUNDO LEILÃO PÚBLICO no dia 09/04/2024**, no mesmo horário e local do primeiro leilão, pelo valor de: **R\$ 167.990,40 (cento e sessenta e sete mil, novecentos e noventa reais e quarenta centavos)**, referente ao saldo devedor e em conformidade com o art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei 9.514/97), atualizado monetariamente, acrescido dos encargos contratuais e legais, incluídas ainda, custas com intimação, publicação de editais e despesas com o leilão. A venda será feita em caráter "ad corpus", sendo a descrição do imóvel, retirado da certidão de registro junto ao cartório de competência, e, caso haja divergência de metragem e/ou na sua descrição o comprador não terá direito de exigir do vendedor nenhum abatimento no preço referente à arrematação. Atendendo o que preconiza o parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514 (Redação dada pela Lei 14.711/2023), fica assegurado, ao devedor fiduciante, o direito de preferência para adquirir o imóvel pelo preço correspondente ao valor da dívida e demais encargos que compõem o valor do 2º leilão, inclusive a comissão do leiloeiro no percentual de 5% (cinco por cento). Os interessados em participar do leilão, deverão se cadastrar e adquirir "login" e "senha", através do site: www.leiloesbrasil.com.br. **LEONY GOMES DOS SANTOS JUNIOR - JUCEG-034**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE
CONFRONTANTE**

O Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Contagem, MG, na forma da lei, etc., FAZ SABER a **MARIA NOEME MARQUES CORDEIRO**, CPF 541.091.676-04, mais quantos estes virem ou dele tiverem conhecimento, que **SUELI ROSA FERREIRA PASSOS**, brasileira, viúva, do lar, CI MG-9.213.616 SSPMG, CPF 927.176.248-72, residente na Rua Vitória Régia, nº 136, Bairro Chácaras, Contagem, MG, requereu a retificação de uma área de terras situada neste Município, medindo 2.019,00m² (dois mil e dezoito metros quadrados), matriculada sob o nº 54.097, livro 2, deste Cartório, tendo apresentado a documentação necessária. Assim, fica(m) NOTIFICADO(S) o(s)confrontante(s) acima mencionado(s), para os efeitos do disposto no art. 213, § 3º, devendo se manifestar(em) no prazo de 15 (quinze) dias, contados da 2ª publicação deste edital. Prenotação nº 564418. A documentação encontra-se neste Cartório, situado à Rua Joaquim Camargos, nº 110, Centro, Contagem, MG, à disposição dos interessados. Contagem, 13 de março de 2024.

João Marques de Vasconcelos - Oficial do Registro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO
PREGÃO Nº 016/2024**

Processo Licitatório nº 027/2024, autuado em 07/02/2024, Pregão Eletrônico nº 016/2024. Objeto: Futura e eventual aquisição de material de limpeza e higiene pessoal para atender às necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino, do Município de Cláudio, conforme condições e especificações contidas neste Termo de Referência, a realizar-se no dia 12/04/2024 às 09h30min. Cópia do Edital à disposição dos interessados nos sites do PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, site da Prefeitura de Cláudio/MG e na Av. Presidente Tancredo Neves, nº 152, Centro, nesta cidade, no horário de 08h00min às 17h00min, de segunda à sexta-feira.

Cláudio/MG, 26 de março de 2024

Fernando do Nascimento Santos

Chefe de Departamento de Administração

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL - COMARCA DE CARATINGA - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS - SAIBAM todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectiva Secretaria, tramita sob o número de ordem 0096581-07.2015.8.13.0134 os autos da EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL que BANCO BRADESCO move contra MULTI MOTORS VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.023.247/0001-35, e ANDERSON ALVIM CÂNDIDO, inscrito no CPF nº 040.875.606-35, por meio deste, ficam os executados MULTI MOTORS VEÍCULOS LTDA-ME e ANDERSON ALVIM CÂNDIDO, CITADOS, para efetuar o pagamento da quantia de R\$ 37.741,76 (Trinta e sete mil, setecentos e quarenta e um reais e setenta e seis centavos), atualizada em 07/02/2015, referente ao principal e acessórios, a ser acrescida de honorários de advogado do autor e custas iniciais, no prazo de 03 (três) dias. Não efetuando o devedor o pagamento no prazo de 03 (três) dias contados da citação, INDEPENDENTEMENTE de ter ou não o devedor apresentado EMBARGOS, ser-lhe-ão PENHORADOS e AVALIADOS tantos bens quantos bastem para garantia da dívida, lavrando-se o respectivo auto, ocasião que o devedor será INTIMADO com as advertências: 1) No caso de integral pagamento, no prazo supracitado, a verba honorária será reduzida pela metade; 2) O devedor independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias; 3) O devedor tem direito de parcelar o débito em até 06 (seis) vezes na forma do artigo 915 do CPC. Ficando, ainda, intimado para que, querendo, se manifeste na forma da lei, no prazo de quinze dias. Em caso de revelia será nomeado curador especial de acordo com o art. 257, IV do CPC. E, para constar, mandou o MM. Juiz expedir o presente, que será publicado na forma da lei. OAB/MG 197.827. Caratinga/MG, 14/12/2023. Juiz de Direito: JOSÉ ANTÔNIO DE OLIVEIRA CORDEIRO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

COMUNICA que se encontra disponível no Setor de Licitações da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos e no site <https://www.ituiutaba.mg.gov.br/licitacoes> os seguintes procedimentos de acordo com a Lei 14.133/2021 e 8.666/1993 - **RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024**. Objeto: Aquisição de Uniforme e Tênis Escolares - Registro de Preços. Recursos: Próprios, Empresas Vencedoras: **Lote 01 - PRO UNIFORMES EIRELI EPP, CNPJ: 30.029.265/0001-83, Valor Total: R\$ 542.525,00; LOTE 02 - HLJ NEGOCIOS LTDA, CNPJ: 52.921.169/0001-88, Valor Total: R\$ 172.280,00. - CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 003/2023**. Objeto: Construção de 07 Unidades Básica de Saúde, Recursos: Próprios/ Estadual, Empresa Vencedora: Enprol Engenharia e Projetos Ltda. EPP, CNPJ: 19.758.309/0001-73, Valor total: **LOTE 01 R\$ 2.109.836,94; LOTE 02 R\$ 2.109.836,94; LOTE 03 R\$ 2.109.836,94; LOTE 04 R\$ 2.109.836,94; LOTE 05 R\$ 2.318.430,35; LOTE 06 R\$ 2.318.430,35; LOTE 07 R\$ 2.318.430,35. - CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 011/2023**. Objeto: Reforma do Pronto Socorro Municipal, Recursos: Vinculado, Empresa Vencedora: Bruno Franco Godoi Ltda. EPP, CNPJ: 25.259.523/0001-88, Valor total: R\$ 2.350.862,43. **INFORMAÇÕES: e-mail: licitacao@ituiutaba.mg.gov.br e Tel: (34)3271-8183/3271-8182.** Ituiutaba - MG em 26 de março de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS/MG

AVISO DE RECEBIMENTO DE CONTRARRAZÕES - CO nº 005/2023-PRCnº176/2023, objeto: Execução de Infraestrutura urbana do loteamento casas populares, Catas Altas-MG. A CPL informa a licitante Conceito Engenharia e Serviços Ltda., apresentou contrarrrazões em 26/03/2024. Catas Altas/MG 26/03/2024. Gabriel Hosken Viegas, Presidente da CPL.

COMUNICADO

A exigência de pagamento antecipado de qualquer quantia para recebimento de empréstimos financeiros, carta de crédito de consórcio e venda de veículos automotores, pode ser início de golpe contra o consumidor. Antes de fechar negócio, consulte o Procon de sua cidade, o Procon Estadual de Minas Gerais (31) 3335-8552 ou a Delegacia Especializada de Ordem Econômica (31) 3330-1757 e 3330-1798. Delegacia Especializada de Crimes Contra o Consumidor 3275-1887.

COMARCA DE IBIRITÉ - EDITAL DE CITAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. A Dra. Patrícia Froes Dayrell, Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Ibirité, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de suas funções e na forma da lei etc. FAZ SABER: A todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 30 (TRINTA) dias, contados da publicação deste no Minas Gerais, e mui especialmente os terceiros interessados, que tem andamento nesta Secretaria e Juízo os autos de Reintegração/Manutenção de Posse, nº 5000916-65.2017.8.13.0114, que figura como requerente CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A sociedade de economia mista, concessionária de serviço público federal de energia elétrica, inscrita no CNPJ sob o nº 06.981.180/0001-16, com sede na Avenida Barbacena, 1200, 17º andar, Ala A1, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP 30.190-131, em face de ISAIAS DA SILVA, brasileiro, casado, profissão desconhecida, inscrito no CPF sob o nº.º 909.276.**, e Identidade MG 3.***23*, filho de Oscarino Justino da Silva e Rita Moreira da Silva, natural de Contagem/MG, endereço eletrônico desconhecido, residente e domiciliado na Avenida Djalma Vieira Cristo, nº 1.396, Bairro Vale Jatobá (Barreiro), Belo Horizonte/MG, CEP 30664-260 e ALBERT MOREIRA DE SOUZA, RG 14.***55*, CPF 095.***436-**, residente na Rua A, nº768, Bairro São Pedro, Ibirité/MG. OBJETIVO: CITAÇÃO dos terceiros interessados, que se encontram em local incerto e não sabido, para que tomem ciência dos autos que tramitam perante este Juízo e Secretaria e conteste, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, ficando os requeridos advertidos de que não havendo contestação presumir-se-ão, como verdadeiros, os fatos articulados, pelos requerentes, na inicial, sob pena de revelia. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou a MMª Juíza que expedisse o presente edital que será publicado e afixado, na forma da lei. Ibirité, 04 de outubro de 2023. Procurador dos autos: Dra. Ana Carolina Souza Leite OAB/MG 101.856. Escrivão: Diógenes Nunes Silva. Eu, Juliana Ferreira Souza Soares, Oficial de apoio, o fiz digitar.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO
LAFAIETE - MG**

**HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 102/2023
PRC Nº 189/2023**

O Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete, nos termos do art. 11, inciso V, do Decreto Municipal nº 84/2021, HOMOLOGA o resultado de julgamento do Processo Licitatório nº 189/2023 - Pregão Eletrônico nº 102/2023, cujo objeto é a Aquisição de mobiliário de escritório para atendimento das demandas das Secretarias Municipais, neste Município de Conselheiro Lafaiete/MG, conforme descritivos previstos no item 19 e Anexo I do Edital. Empresas vencedoras: Agda Brígida Alves e Silva LTDA (ME), item 01, no valor total de R\$ 140.250,00 (cento e quarenta mil, duzentos e cinquenta reais); L.MM Comércio e Fabricação de Móveis LTDA (ME), itens 02 e 10, no valor total de R\$ 111.296,00 (cento e onze mil, duzentos e noventa e seis reais); e, Mara Eliza Verto Santos (EPP), itens 03 a 09 e 11, no valor total de R\$ 175.579,00 (cento e setenta e cinco mil, quinhentos e setenta e nove reais).

Cons. Lafaiete/MG, 26/03/2024

Mário Marcus Leão Dutra - Prefeito Municipal.

LICENÇA AMBIENTAL LAS/RAS

A ESPIRAL ANDAIME E ESTRUTURAS TUBULARES LTDA, CNPJ: 02.602.726/0004-72, por determinação da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-SEMAM, torna público que foi solicitado através do Processo Administrativo nº 00001902/2024-1, a Licença Ambiental LAS/RAS, para a atividade Edificações Comerciais para fins e serviços, localizada na Avenida Regent, nº 551, Alphaville Lagoa dos Ingleses - Nova Lima - MG, CEP: 34.018-000

CONCURSO PÚBLICO

PARA PROVIMENTO DE CARGOS/FUNÇÕES PÚBLICAS EFETIVAS DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE ESTRELA DO INDAÍ/MG - EDITAL Nº 01/2024

EXTRATO RETIFICAÇÃO Nº 01

O Exmo. Sr. Wesley Daniel Ribeiro Araújo, DD. Prefeito do Município de Estrela do Indaí/MG, torna público a disponibilização da Retificação nº 01, referente ao Edital nº 01/2024 do Concurso Público do Município de Estrela do Indaí/MG e esclarece que o extrato será afixado no Quadro de Avisos e Publicações da Prefeitura Municipal de Estrela do Indaí/MG. A Retificação nº 01 será publicada, em sua íntegra, no endereço eletrônico: novo.ibgpconcursos.com.br

Estrela do Indaí/MG, 27 de março de 2024.

WESLEY DANIEL RIBEIRO ARAÚJO
PREFEITO MUNICIPAL DE ESTRELA DO INDAÍ/MG

A Munique Comércio e Representação Ltda, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SEMMAD, torna público que foi concedida/solicitada através do Processo Administrativo nº 5452224735 a Licença Ambiental Simplificada para a atividade de Oficinas de Reparação e Conservação de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Elétricos ou não, Eletrônicos e de Comunicação de Uso Agrícola, Industrial, Comercial, Serviços, ou Residenciais, localizada na Rua Paulo Costa, nº 500D, Bairro Industrial Jardim Piemont Sul, CEP: 32.669-712, Betim, MG.

Leia e assine

otempo.com.br

Grande BH | Demais localidades
2101-3838 | 0800 703 4001



Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico

Unimed

Belo Horizonte

1/12

ANS - Nº 34.388-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO UNIMED-BH 2023

A Unimed-BH Cooperativa de Trabalho Médico é constituída por 5.208 médicos cooperados e atua em 34 municípios da região metropolitana de Belo Horizonte. A Cooperativa completou 52 anos de fundação e conta com 1.564.177(*) clientes assistenciais em carteira. As contraprestações efetivas de assistência à saúde, que correspondem à receita, foram de R\$ 6,06 bilhões e, desse total, R\$ 4,96 bilhões foram destinados aos eventos indenizáveis líquidos, como remuneração da assistência prestada aos clientes. Esses números indicam a consolidação da operação da Unimed-BH e a sua relevância na Saúde Suplementar brasileira.

Cenário e concorrência

Em 2023, a saúde suplementar passou por desafios já conhecidos, como inflação médica em alta, envelhecimento da população, judicialização, reajustes dos planos, fraudes e desperdícios. Todos esses fatores contribuíram para que as despesas assistenciais mantivessem crescimento superior às receitas em grande parte das operadoras. Esse cenário se refletiu em um resultado operacional negativo para o setor ao longo do ano, com prejuízo de R\$ 11,2 bilhões, R\$ 9,5 bilhões e R\$ 6,3 bilhões, respectivamente, nos três trimestres de 2023, conforme Painel Econômico-Financeiro da Saúde Suplementar divulgado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A lentidão da retomada do setor está associada, também, à sinistralidade, que seguiu em alta em 2023, registrando 88,2%, e explica, em boa parte, o desempenho das operadoras médico-hospitalares. Embora tenha ficado 2,1 pontos percentuais abaixo do apurado no mesmo período do ano anterior, o número ainda é superior ao observado nos anos pré-pandemia. Essa leve redução é resultante de uma recomposição das receitas dos planos baseada, principalmente, nos reajustes das mensalidades e no aumento de beneficiários.

Entre dezembro de 2022 e dezembro de 2023, os planos médico-hospitalares tiveram crescimento de 957.197 beneficiários e encerraram o ano com 51.081.018 usuários, superando, pela primeira vez, a marca de 51 milhões, segundo dados da ANS divulgados em 24 de janeiro de 2024. Vale ressaltar que o crescimento do setor está apoiado nos planos coletivos empresariais, sujeitos ao mercado de trabalho e suas características e oscilações.

Mesmo diante dos desafios do cenário, a Unimed-BH registrou números positivos. O crescimento da carteira de clientes se mostrou consistente, mantendo-se acima de 1,5 milhão de clientes. A Cooperativa também registrou aumento nas contraprestações (10,5% maior do que em 2022) e em diversos outros indicadores.

Em relação à concorrência na área de atuação da Unimed-BH, a verticalização dos serviços, a competição no preço dos planos e o lançamento de novos produtos e novas marcas estão entre os fatores que mais se destacaram.

Para se diferenciar nesse cenário e ampliar a qualidade da assistência, em 2023, a Unimed-BH lançou a pedra fundamental do seu novo hospital em Contagem, no qual investe R\$ 350 milhões com recursos próprios. Também atenta aos movimentos de mercado no setor de saúde suplementar, a Unimed-BH identificou a oportunidade de incorporação da Unimed Sete Lagoas. Em Assembleias distintas, foi aprovado, por ambas as singulares, o início de um estudo de viabilidade, que poderá abrir novas perspectivas para ambas as cooperativas e seus cooperados, a depender de decisão coletiva.

Assistência aos clientes

Tendo como diretriz o foco do cliente, a Cooperativa promoveu diversas iniciativas que envolvem melhorias em seus canais de relacionamento, ações de bem-estar e campanhas educativas.

Para ampliar o atendimento aos clientes, 199 novos cooperados ingressaram na Cooperativa em 2023, via processo seletivo, para atuação em 35 especialidades, sendo o maior número de novos cooperados que ingressaram na Unimed-BH nos últimos anos.

Além disso, o modelo de atendimento *on-line* de urgência foi expandido para públicos específicos, como adulto, pediátrico e gestantes, teleinterconsultas nas áreas de Cardiologia e Endocrinologia, teleconsultas eletivas para Endocrinologia e Renovação de Receitas, além de telemonitoramento para diversos grupos, como pediátrico, gestantes, pós-alta da Atenção Domiciliar, Saúde nas Empresas e pós-atendimento Telessaúde. Em 2023, o serviço atingiu o marco de mais de 1.200.000 consultas *on-line* realizadas.

Ainda para melhorar o conforto oferecido aos clientes, o Centro de Terapia Intensiva Adulto (CTI) da Maternidade Unimed – Unidade Grajaú foi reinaugurado e passou a contar com leitos que possibilitam o alojamento conjunto de puérperas e seus filhos.

Iniciativas de promoção da saúde foram realizadas por meio do programa Mude1Hábito, que registrou aumento de engajamento de 58% em relação a 2022. Já a plataforma Viver Bem, portal de conteúdos da Unimed-BH para a sociedade, teve mais de 500 conteúdos publicados e 3,2 milhões de visitantes.

Os dados apresentados pelo Instituto Datafolha e o número do Net Promoter Score (NPS) reafirmam a liderança da Unimed-BH em sua área de atuação. Pesquisa Datafolha de 2023 mostra que 85% dos clientes declararam estar satisfeitos com a Unimed-BH (mesmo dado do ano anterior). Além disso, alcançamos 81 pontos no NPS geral do ano, que engloba o atendimento dos cooperados, Rede Própria, rede prestadora e os serviços de teleconsulta. O índice foi superior ao registrado em 2022, quando o NPS foi 74.

Rede de serviços em saúde

A transparência e a comunicação eficaz com os parceiros desempenharam um papel importante na manutenção do bom relacionamento com a rede e para a sustentabilidade econômico-financeira das instituições. Fechamos 2023 com uma rede assistencial que abrange 325 prestadores, entre hospitais, clínicas e laboratórios, além das nossas dez unidades próprias. Ao todo, os nossos clientes podem contar com aproximadamente 510 unidades assistenciais estrategicamente distribuídas em nossa área de atuação.

A Cooperativa tem se comprometido a compartilhar estratégias de boa governança e soluções inovadoras que contribuem para a sustentabilidade das instituições com as quais se relaciona.

Nesse sentido, foram realizadas 1.045 visitas/reuniões com os prestadores. Também, ao longo do ano, a Unimed-BH recebeu 23.599 manifestações de clientes relativas ao atendimento na rede credenciada. Todas foram tratadas individualmente pelo Fala Prestador, o canal oficial de comunicação com a rede credenciada. Entre os principais assuntos tratados estão manifestações, faturamento, glosa, regras de negócios, contato com a auditoria, suporte a sistemas, dentre outros.

O Selo de Excelência Assistencial, que estimula e qualifica as unidades assistenciais próprias e credenciadas, teve a oitava edição em 2023, que contou com a participação de 92 prestadores. Desse total, 36 conquistaram o Selo. Após a auditoria, o prestador avaliado recebe uma classificação que vai até cinco estrelas e um relatório detalhado sobre os processos que podem ser melhorados. Além do reconhecimento, as instituições classificadas a partir de três estrelas recebem um incentivo financeiro adicional. Aproximadamente R\$ 154 milhões já foram destinados pela Unimed-BH em remuneração adicional aos prestadores como bonificação pelo desempenho desde a criação do Selo de Excelência Assistencial.

Como resultado dessas iniciativas, em 2023, alcançamos 85% de taxa de satisfação dos prestadores da rede credenciada da Cooperativa.

Relacionamento com os médicos cooperados

Além de contribuírem para a qualidade da assistência prestada pela Unimed-BH, os médicos cooperados também exercem papel fundamental nas decisões que garantem a sustentabilidade da Cooperativa.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de março de 2023, os médicos cooperados deliberaram pela distribuição de R\$ 131,4 milhões referentes à fatia dos resultados dos Atos Cooperativos, conforme produção médica realizada em 2022 (Lei nº 5.764/71 no artigo 4º, inciso VII). O ganho representou um adicional de 10,2% nos honorários de cada cooperado em relação a 2022.

Na mesma AGO, os cooperados também aprovaram um aporte adicional na Previdência Complementar, no valor de R\$ 50 milhões, que se somou aos R\$ 100 milhões que já haviam sido destinados e deliberados na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de dezembro de 2022. Um segundo aporte à Previdência Complementar, no valor de R\$ 100 milhões, foi aprovado pelos cooperados na AGE de novembro de 2023, com pagamento programado para março de 2024.

Também na AGE de novembro de 2023, os cooperados aprovaram a distribuição de R\$ 137,5 milhões em produção complementar. Para ser elegível ao ganho, o cooperado deve ter produzido o valor equivalente a 45 consultas mensais (rede ampla) pelo período de 12 meses, apurado entre novembro de 2022 e outubro de 2023.

Outras deliberações importantes para o encerramento de 2023 foram: aumento do valor do Pró-Família de R\$ 600 mil para R\$ 700 mil, que entrou em validade em 2024; revalidação do benefício do plano de saúde, que prevê descontos progressivos no plano de saúde da Unimed-BH para os médicos com base no tempo de cooperação, além de condições especiais para dependentes.

No que se refere a ações de relacionamento com os cooperados, importantes iniciativas foram implementadas ou impulsionadas em 2023. A Ouvidoria do Cooperado, que foi implementada ao final de 2022, analisou 152 casos no ano anterior. Foi criado o Fórum de Ideias Pré-Assembleias, que antecipa a pauta que será debatida como forma de informar os cooperados com maior antecedência a fim de gerar deliberações mais assertivas para o negócio. Outro exemplo de iniciativa criada com o objetivo de informar o cooperado sobre os resultados da Cooperativa foi o Radar Unimed-BH, divulgação mensal dos principais indicadores do negócio.

Outro ponto de destaque no relacionamento com o cooperado em 2023 foram as 9.555 visitas presenciais e *on-line* aos médicos pelos analistas de relacionamento, com 97% de satisfação. A Casa do Cooperado, por sua vez, realizou 1.317 atendimentos presenciais. Além disso, diversas ações de relacionamento e bem-estar foram conduzidas pelo programa Portas Abertas.

O resultado de todo esse trabalho focado na valorização do médico cooperado veio por meio da pesquisa do Instituto Datafolha de 2023, em que 84% dos cooperados demonstraram satisfação com a Cooperativa.

Gestão de pessoas

Os colaboradores têm importância fundamental para a evolução da Cooperativa. São 1.325 que atuam transversalmente nas áreas administrativas e em áreas de apoio e 4.033 profissionais dedicados à assistência aos clientes, dimensionados conforme o número de leitos e a rede de serviços próprios.

Para a Unimed-BH, o respeito à diversidade é um valor: 75,7% do seu quadro de profissionais é composto por mulheres, que também ocupam 70% dos cargos de liderança na Cooperativa. A contratação de pessoas com deficiência também tem sido um foco permanente de atuação. Ao todo, são 266 colaboradores com deficiência, o que representa 5% do quadro de colaboradores. Da mesma forma, o número de colaboradores negros aumentou 6% em relação a 2022.

A evolução da cultura organizacional foi outro foco de atenção da Cooperativa em 2023. Diversas iniciativas foram implementadas com o objetivo de fortalecer o vínculo das nossas equipes com a Cooperativa e com a cultura desejada. Também integrou esse movimento a realização da pesquisa Ouvir+Você. De abril a setembro foi avaliada a percepção dos colaboradores em 12 dimensões: Alinhamento com a empresa, Bem-Estar, Carreira, Desenvolvimento profissional, Embaixadorismo, Estrutura, Feedback, Felicidade, Inovação, Justiça, Liderança e Relacionamento Interpessoal.

Como forma de incentivar o desenvolvimento da carreira, em 2023, mais de 4.500 profissionais de todos os níveis da Cooperativa realizaram a Avaliação do Desempenho, que mediu a atuação dos colaboradores em relação às competências organizacionais.

Para fortalecimento das equipes, foram realizadas mais de 165 mil horas em treinamentos, com 47,36 horas em média de treinamento por colaborador em 2023.

Em 2023, 49 estagiários acadêmicos foram aprovados na seleção do Programa de Estágio Decola, que contou mais de 1.870 inscritos. Eles atuam nas unidades assistenciais e administrativas da Cooperativa. A Unimed-BH também oferece estágio técnico na área de Enfermagem, atualmente com 35 estagiários, e o Programa Aprendiz, com 56 jovens entre 16 e 18 anos.

Dentre os benefícios, vale citar a parceria com uma plataforma de atividades físicas com desconto para os colaboradores e a Previdência Privada.

ESG

Após reestruturar o Comitê de Sustentabilidade e Reputação, em 2023, a Cooperativa teve importantes avanços, concluindo o Diagnóstico ESG e o Diagnóstico Social, a partir dos quais foram estabelecidas novas prioridades e estruturado um plano de ação.

O Diagnóstico ESG elencou possibilidades de evolução nas três frentes: Governança Corporativa, Social e Ambiental. Dentre as novidades, para vigência em 2024, foi estabelecida uma nova meta corporativa – o Índice Socioambiental – atrelada à Gestão de Resíduos, com foco na redução e descarte adequado.

As iniciativas da Unimed-BH em relação ao ESG foram reconhecidas pelo mercado. A Cooperativa foi vencedora dos prêmios *Inova+Saúde 2023*, promovido pelo Sistema Unimed, na categoria ESG; obteve o 1º lugar em Responsabilidade Social no prêmio *As Melhores da Dinheiro*, e o 4º lugar como a melhor do setor no requisito ESG/socioambiental no *prêmio Época Negócios 360º*.

Governança, riscos e compliance

Principal órgão de governança da Cooperativa, em 2023, foram realizadas três Assembleias Gerais, sendo uma Assembleia Geral Ordinária (AGO), em março, e duas Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE), nos meses de setembro e novembro.

Na AGO, foi realizada a eleição do novo Conselho Fiscal, para o período de um ano, eleito com 63% dos votos válidos. A AGE em setembro teve como pauta única a eleição dos novos Delegados do Conselho Social. Cento e quatro (104) médicos assumiram o papel de Delegados após um processo eleitoral *on-line* que contou com a participação de 4.252 cooperados (81,7% do total de cooperados com direito a voto). A AGE de novembro apresentou a prévia dos resultados do exercício 2023 e deliberou a favor da realização de um estudo de viabilidade para incorporação da Unimed Sete Lagoas. Essa AGE contou com a participação de 4.718 cooperados.

Na atuação dos órgãos de governança em 2023, registramos: 6 reuniões do Conselho Social, 34 reuniões do Conselho de Administração; 23 reuniões do Conselho Técnico-Societário e Fiscal; 8 reuniões do NICOOP; 44 reuniões do Conselho Consultivo do Instituto Unimed-BH.

Pela sexta vez consecutiva, a Cooperativa alcançou nota máxima no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS), ano-base 2022, que faz parte do Programa de Qualificação da Saúde Suplementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A Cooperativa também recebeu o Selo Pró-Ética, pela quarta vez consecutiva, um dos principais reconhecimentos nacionais conferidos a empresas que se comprometem com ações de integridade, conformidade e de prevenção e combate à corrupção e à fraude. A iniciativa é do Ministério da Transparência e da Controladoria-Geral da União (CGU), em parceria com o Instituto Ethos.

Em 2023, as 21 Políticas Corporativas foram revisadas com o objetivo de reforçar o compromisso da Unimed-BH com os pilares de ESG. Os documentos são públicos e estão divulgados nos nossos principais canais internos e externos de comunicação.

Também foram implantados o novo sistema de Gestão de Riscos, permitindo agilidade no monitoramento dos riscos de forma simplificada e automatizada, e o Painel para Monitoramento da Resolução Normativa (RN) nº 518, da ANS, que dispõe sobre as práticas mínimas de governança com ênfase em controles internos e gestão de riscos. Ainda em atendimento às premissas da RN nº 518, em 2023 foi realizado o segundo ciclo de auditoria sobre os requisitos exigidos pela norma e foi constatada a conformidade da Unimed-BH em todos os critérios.

Por fim, em 2023 ampliamos o escopo de iniciativas para fortalecer o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). O Programa Corporativo de Segurança da Informação expandiu a implantação do Múltiplo Fator de Autenticação (MFA) em todas as áreas administrativas, criando camadas de segurança adicionais que dificultam o acesso de usuários não autorizados e de invasores a redes, sistemas e serviços.

Responsabilidade Sociocultural

Fundamentada no sétimo princípio cooperativista, *Interesse pela Comunidade*, a Unimed-BH busca contribuir para o desenvolvimento equilibrado e para o bem-estar das populações localizadas em sua área de atuação.

Em 2023, a Unimed-BH completou 11 anos como signatária do Pacto Global da ONU. A Cooperativa também faz parte da Rede Desafio 2030, rede de organizações do setor privado sediadas em Minas Gerais e comprometidas em avançar com as práticas de sustentabilidade.

O Instituto Unimed-BH, frente de responsabilidade sociocultural da Cooperativa, completou 20 anos em 2023. O Programa Sociocultural, gerido pelo Instituto Unimed-BH, é viabilizado por meio da destinação de Imposto de Renda devido de médicos cooperados e colaboradores, IR Jurídico da Unimed-BH – via Lei de Incentivo à Cultura, Fundo do Idoso e Fundo para Infância e Adolescência (FIA) – e pela destinação de ISS da Cooperativa, via Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte.

Atualmente, 80% do incentivo cultural financiado por meio de pessoas físicas em Minas Gerais são provenientes dos médicos cooperados e colaboradores da Unimed-BH por meio do Programa Sociocultural. Isso corresponde a 30% do incentivo cultural proveniente de pessoas físicas no Brasil, ou seja, quase um terço de todo o recurso arrecadado por meio de pessoas físicas no país.

Mais de 4 milhões de pessoas foram alcançadas pelas atividades de comemoração das duas décadas de atuação, em eventos *on-line* e presenciais, e mais de 10 mil pessoas foram beneficiadas pelos eventos realizados somente em abril, mês do aniversário.

A 24ª edição da campanha de captação de recursos para o Instituto Unimed-BH teve adesão de 5,6 mil médicos cooperados e colaboradores. Ao todo, mais de R\$ 20 milhões em incentivo fiscal foram destinados a projetos socioculturais em 2023 e 50 projetos foram viabilizados em 13 cidades da região metropolitana de Belo Horizonte.

Responsabilidade Ambiental

A cada ano, a Unimed-BH fortalece os investimentos em novos processos, tecnologias e ferramentas com foco na preservação dos recursos ambientais.

Em 2023, houve a priorização e implementação das primeiras ações desdobradas a partir do Diagnóstico ESG. A gestão de resíduos é uma das prioridades definidas para 2024.

No ano passado, a operação da Cooperativa gerou 94,3 toneladas de papel e papelão para reciclagem, contra 91,2 toneladas em 2022. O aumento de mais de 3 toneladas em relação a 2022 e o número recorde de papel e papelão reciclados estão diretamente ligados à evolução do processo de segregação dos resíduos na Cooperativa e ao aumento na quantidade de embalagens de produtos e de medicamentos destinados à reciclagem.

Ainda na frente de redução de geração de resíduos, a coleta de plástico limpo para reciclagem foi ampliada para outras sete unidades assistenciais, aumentando em 70% em comparação a 2022, e 6.129 quilos de plástico deixaram de ir para o aterro.

O controle e a destinação correta do lixo assistencial são cuidadosamente planejados para prevenir a propagação de doenças e minimizar os impactos ambientais, respeitando a legislação vigente. Em 2023, foram adquiridos 503.422 quilos de resíduos infectantes e 17.808 quilos de resíduos químicos – uma redução de mais de 136 mil quilos em comparação ao ano anterior, quando foram gerados 154.169 quilos de resíduos químicos.

Em 2023, com a implantação da carteira digital, cerca de 630 mil carteirinhas de plástico deixaram de ser produzidas. Essa iniciativa representou a redução do uso de cerca de 3,4 mil quilos de plástico e 1,4 mil quilos de papel ao longo do ano, proporcionando uma economia superior a R\$ 2,4 milhões referentes à não produção de plástico, impressão e envio.

As solicitações de boleto digital pelos clientes empresariais e individuais alcançaram 76,78% dos boletos emitidos, um aumento de 6,25% em relação ao ano anterior, o que gerou uma economia de R\$ 3,4 milhões entre impressões e envio.

Já a solução de liberação de impressão por crachá, adotada desde 2017, e a adoção da impressão em frente e verso como padrão nas impressoras representaram uma economia de R\$ 155,6 mil em 2023. Como resultado, deixamos de utilizar 4.789.078 folhas de papel, preservando 479 árvores. Desde 2017, mais de 33,6 milhões de folhas deixaram de ser utilizadas.

Com relação aos recursos hídricos, registramos no ano passado um consumo total de 150 milhões de litros de água, aumento de 18% em relação ao ano anterior. As equipes foram mobilizadas para iniciativas que mantenham o controle do consumo, já com resultados positivos. A revisão do processo de limpeza da termodesinfectora na Central de Materiais e Esterilização (CME) Hospital Unimed – Unidade Betim permitiu uma economia de 74 mil litros de água durante o ano.

No quesito energia, houve redução de consumo de 25% em relação ao ano anterior. Desde 2017, a Cooperativa compra energia no Mercado Livre de Energia. Em 2023, foram adquiridos 16 milhões de kWh contra 21,3 milhões de kWh em 2022. A substituição de mais de 3,2 mil lâmpadas fluorescentes por LED em nossas unidades foi uma das melhorias que contribuíram para essa redução.

A Unimed-BH também possui uma usina fotovoltaica com 492 painéis. Em 2023, a usina, que ficava instalada no Hospital Unimed – Unidade Contagem, foi desmembrada em duas, que foram instaladas nos municípios de Mirabela e Patis, no norte de Minas Gerais, como parte

Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico

Unimed

Belo Horizonte

2/12

ANS - Nº 94.388-D

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO UNIMED-BH 2023

do Programa de Energia Fotovoltaica do Cooperativismo Mineiro, coordenado pela Ocemg. Com a geração de kWh no norte de Minas, a Unimed-BH passará a ter um crédito no Mercado Livre de Energia.

A Telessaúde também contribuiu para o meio ambiente, evitando a necessidade de deslocamento, de impressão de receitas médicas, pedidos de exame e atestados. Em 2023, 287 toneladas de CO₂ a menos foram lançadas no meio ambiente. Desde o início do serviço, em março de 2020, até dezembro de 2023, foram 950 toneladas de CO₂ equivalente não lançadas na atmosfera.

Reputação

A Unimed-BH é líder em sua área de atuação e referência para outras singulares do Sistema Unimed e demais operadoras de planos de saúde. De forma permanente, a Cooperativa monitora sua imagem por meio da gestão de sua reputação, inclusive com a consolidação de um Comitê de Crise.

A Cooperativa mantém o compromisso com a transparência dos seus resultados, serviços e números e em levar informação qualificada sobre saúde a seus diversos públicos. Para isso, promove um trabalho contínuo de relacionamento com a imprensa. Em 2023, os nomes da Unimed-BH e do Instituto Unimed-BH foram mencionados mais de 4 mil vezes em matérias de forma proativa e espontânea. Desse total, mais de 1,5 mil inserções foram somente sobre a Cooperativa. Das matérias publicadas, 94%, foram positivas.

Em 2023, também teve continuidade o trabalho de monitoramento da marca nas redes sociais. A Unimed-BH utiliza indicadores para mensurar a reputação nessas plataformas. A média anual da Saúde da Marca ficou em 67,12%, abaixo do indicador de 2022. Sabe-se que hoje em dia as marcas estão mais expostas nas redes sociais e há um movimento das pessoas se posicionarem mais nesse ambiente.

Perspectivas de futuro

Antecipar a evolução do cuidado é um compromisso da Unimed-BH, sempre com um olhar na sua sustentabilidade e solidez.

Para 2024, a Cooperativa dará sequência a alguns trabalhos, como a Jornada do Cooperado, com o objetivo de apoiar o médico durante sua trajetória na Unimed-BH. O planejamento é ampliar e personalizar a interação do cooperado com a sua jornada, implementando melhorias na experiência do médico.

Também haverá avanços nas práticas ESG, principalmente, no compromisso ambiental, na evolução da estrutura organizacional e na ampliação do envolvimento dos nossos públicos na responsabilidade social. Além disso, do ponto de vista assistencial, será dada ênfase a novos projetos relacionados à Governança Clínica, avançando em qualidade assistencial para darmos passos importantes no controle das despesas médicas.

Atenta à qualidade da assistência, a Unimed-BH abriu novo edital, ao final de 2023, para seleção de novos médicos para 2024. São 100 vagas, em 30 especialidades, com possibilidade de atuação na Rede Própria e/ou Rede Ampla. Ainda com esse foco, há perspectivas futuras, a depender de decisão assemblear, de incorporação da Unimed Sete Lagoas.

A Cooperativa também buscará uma proximidade maior com o Pacto Global da ONU e ampliar a atuação com organismos nacionais e internacionais referências em gestão sustentável. A maturidade ESG dos parceiros será avaliada de forma mais robusta pela Gestão de Fornecedores. Da mesma forma, o ESG passará a ser um dos requisitos avaliados no Selo de Excelência.

Em 2024, a Unimed-BH buscará a certificação da Organização Nacional de Acreditação (ONA) para toda a Rede Própria: unidades assistenciais e gestões corporativas. O reconhecimento evidenciará ainda mais o compromisso com o aprimoramento da gestão, da qualidade e da segurança da assistência.

Além disso, a Cooperativa continuará investindo em novos modelos assistenciais que pratiquem um olhar integrado da saúde – privilegiando a prevenção e o monitoramento em complemento ao tratamento das enfermidades. O ideal para o futuro é seguir evoluindo esse cuidado, direcionando o olhar aos grupos mais sensíveis e investindo em ações de promoção da saúde.

EFICIÊNCIA, SOLIDEZ E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Em 2023, um conjunto de estratégias, resultados e eventos contribuiu para fortalecer a solidez econômico-financeira da Unimed-BH. Um dos indicadores mais significativos é o crescimento de 8,25% no Patrimônio Líquido (PL) no ano, alcançando R\$ 3.326.277 mil. Além dos resultados positivos ao longo dos anos, o principal impulso tem sido a valorização do capital social dos cooperados. São R\$ 831.308 mil, que representam 25% do PL. Com isso, a Unimed-BH figura como a maior cooperativa mineira em patrimônio líquido e capital social.

A Cooperativa também fortaleceu a sua diretriz interna de responsabilidade na gestão, com foco no aumento da eficiência operacional. Como resultado, mantém o selo do Programa de Acreditação de Operadoras, concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), classificando-se no nível 1, o mais alto da escala.

Na Unimed-BH, o ano de 2023 se encerrou com um terceiro recorde consecutivo anual na carteira assistencial: 1.564.177(*) clientes e uma participação de mercado de 56%. Uma forte estratégia comercial, com foco no diferencial competitivo de qualidade e no relacionamento com os clientes, foi preponderante para esse resultado.

O valor das Contraprestações Efetivas, que corresponde à nossa receita líquida, foi de R\$ 6,06 bilhões, 10,5% maior do que em 2022. As Despesas Médicas ou sinistralidade foram de 82,22%. E a Margem Ebitda chegou a 10,48% (11,73% em 2022).

Um panorama econômico-financeiro da Unimed-BH pode ser mais bem analisado com a ajuda dos indicadores abaixo calculados de forma comparativa (2023x2022), acompanhados das análises correspondentes:

	2023	2022
Margem de Lucro Líquida (MLL)		
Mostra a relação entre o resultado líquido e o total das receitas com operação de planos de saúde (contraprestações efetivas):		
MLL = $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Contraprestações Efetivas}}$	0,06	0,06
Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)		
Mostra a relação entre o resultado líquido e o patrimônio líquido:		
ROE = $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	0,10	0,10
Percentual de Despesas Assistenciais em relação às Receitas de Contraprestações (DM)		
Mostra a relação entre despesas assistenciais (ou despesas médicas ou sinistralidade) e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde):		
DM = $\frac{\text{Eventos Indenizáveis Líquidos} + \text{CCT}}{\text{Contraprestações Efetivas} + \text{CCT}}$	0,82	0,79
Percentual de Despesas Administrativas em relação às Receitas de Contraprestações (DA)		
Mostra a relação entre despesas administrativas e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde):		
DA = $\frac{\text{Despesa Administrativa}}{\text{Contraprestações Efetivas} + \text{CCT}}$	0,11	0,14
Percentual de Despesa Comercial em relação à Receita de Contraprestações (DC)		
Mostra a relação entre despesas comerciais e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde):		
DC = $\frac{\text{Despesa Comercial}}{\text{Contraprestações Efetivas} + \text{CCT}}$	0,02	0,02
Percentual de Despesas Operacionais em relação às Receitas Operacionais (DOP)		
Mostra a relação entre despesas operacionais (assistenciais ou eventos indenizáveis líquidos, comerciais, administrativas e outras despesas operacionais) e o total das receitas operacionais (receitas de contraprestações relacionadas a operações de planos de saúde e outras receitas operacionais):		
DOP = $\frac{\text{Eventos Inden. Líquidos} + \text{CCT} + \text{Desp. Comerc.} + \text{Desp. Adm.} + \text{Outras Desp. Operac.}}{\text{Contraprestações Efetivas} + \text{CCT} + \text{Outras Receitas Operacionais}}$	0,96	0,96
Índice de Resultado Financeiro (IRF)		
Mostra a relação entre o resultado financeiro líquido e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde):		
IRF = $\frac{\text{Resultado Financeiro Líquido}}{\text{Contraprestações Efetivas} + \text{CCT}}$	0,03	0,04
Liquidez Corrente (LC)		
Mostra a relação entre os ativos conversíveis em dinheiro no curto prazo e as dívidas de curto prazo:		
LC = $\frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$	2,31	2,15
Capital de terceiros sobre o Capital próprio (CT/CP)		
Representa a relação entre o total das dívidas e o Patrimônio líquido:		
CT/CP = $\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	0,55	0,57
Prazo Médio de Recebimento de Contraprestações (PMRC)		
Representa o tempo médio que a operadora leva para receber os créditos de operações de saúde, já descontada a provisão para perdas sobre créditos (PPSC):		
PMRC = $\frac{\text{Créditos OPS de saúde} + \text{PPSC}}{\text{Contraprestações Efetivas}} \times 360$	17,38	15,58
Prazo Médio de Pagamento de Eventos (PMPE)		
Representa o tempo médio que a operadora leva para pagar aos prestadores o que já foi avisado:		
PMPE = $\frac{\text{Provisão de Eventos a liquidar}}{\text{Eventos Indenizáveis Líquidos}} \times 360$	40,24	42,88
Variação de Custos (VC)		
Representa a variação dos custos relacionados a assistência à saúde entre um período e outro. Calculado pela fórmula, separadamente para eventos indenizáveis médico-hospitalares e odontológicos		
VC = $\frac{\text{Evento Indenizável per capita do ano atual}}{\text{Eventos Indenizável per capita do ano anterior}} - 1$		
onde:		
Evento indenizável per capita de cada ano = $\frac{\text{Eventos Indenizáveis Líquidos} + \text{CCT} - \text{Variação da PEONA}}{\text{Total de Beneficiários (somatório da quantidade de vínculos de beneficiários nos 12 meses de cada ano)}}$		
VC Evento Indenizável Médico Hospitalar	0,10	0,02
VC Evento Indenizável Odontológico	0,01	-0,01

O ano de 2023 impôs à Cooperativa uma realidade desafiadora para a gestão da sinistralidade do plano de saúde. Nesse sentido, a manutenção dos patamares de resultados verificados no ano de 2022, que serão detalhados abaixo, deve ser interpretada como um diferencial competitivo de sucesso, graças às estratégias comerciais que resultaram no aumento da carteira de clientes, os esforços de gerir de forma austera, porém segura, as despesas médicas, com foco na sustentabilidade do negócio, na redução do desperdício, na promoção da saúde e no consumo consciente, sempre visando a proporcionar a melhor experiência e qualidade na assistência aos seus beneficiários.

Posto isso, os indicadores da Margem de Lucro Líquido e Retorno sobre o Patrimônio Líquido permaneceram estáveis, mesmo diante do indicador de Despesas Médicas, que foi bastante impactado e resultou em alta ao ser comparado com os resultados verificados em 2022. O principal motivo para o aumento da sinistralidade é o aumento dos custos, conforme esclarecimentos preliminares, além dos impactos inflacionários recorrentes e as constantes incorporações de tecnologias advindas do ROI de Procedimentos ANS.

O indicador de Despesa Administrativa apresentou redução, tanto pela manutenção da gestão racional dos gastos administrativos como parte da estratégia da Cooperativa de enfrentamento da performance desafiadora vivenciada pelas operadoras de saúde quanto pela redução do gasto relacionado à seguridade dos cooperados, sendo que os aportes ao fundo de pensão são deliberados considerando fatores estratégicos e financeiros e, neste ciclo, apresentou redução no montante aportado em relação ao ano anterior. É essa redução que colabora efetivamente para a manutenção dos indicadores de rentabilidade mencionados no parágrafo anterior, visto que o indicador de Despesa Comercial apresenta resultado estável, mesmo com o crescimento da carteira de cliente, que geralmente implica aumento dos gastos dessa natureza, demonstrando o compromisso da Cooperativa com as estratégias de sustentabilidade.

O indicador de Despesas Operacionais, que consolida todos os gastos operacionais e abarca, portanto, o aumento da sinistralidade e a redução das despesas administrativas alavancada pela redução do aporte ao fundo de pensão dos cooperados, quando comparado ao ano de 2022, se apresenta estável, absorvendo desta forma o crescimento das Despesas Médicas, mostrando o claro propósito da Cooperativa em fazer a melhor gestão possível para preservar os resultados operacionais e, por consequência, sua sustentabilidade.

Em relação ao Índice de Resultado Financeiro, embora tenhamos experienciado o mercado financeiro nacional mais volátil e instável no primeiro semestre em decorrência da crise no mercado de crédito privado, conseguimos recuperar satisfatoriamente a performance de rentabilidade ao fim do ano de 2023. A suave redução do indicador, quando comparado a 2022, decorre do pagamento dos 12% de juros sobre o capital próprio, cujo montante cresceu mais do que o conjunto das aplicações financeiras.

O indicador de Liquidez Corrente tem ligeiro crescimento nesse período, influenciado diretamente pelo aumento da carteira de clientes que implica mais recebíveis de curto prazo. O indicador de Capital de Terceiros sobre o Capital Próprio apresenta redução da relação de dependência com capital de terceiro em função do aumento do Patrimônio Líquido pelos resultados positivos apurados no ano de 2023.

O ligeiro aumento do Prazo Médio de Recebimento de Contraprestação está diretamente relacionado às oscilações dos volumes de recebíveis de curto prazo pelo maior volume de clientes, quando comparado ao semestre anterior. A variação do Prazo Médio de Pagamento de Eventos decorre de flutuação normal dos volumes das Despesas Médicas assistenciais, associada à maior agilidade na apresentação das contas pelos prestadores, salientando que a Unimed-BH tem por princípio honrar seus compromissos com cooperados, credenciados e demais fornecedores nos patamares contratuais pactuados.

O indicador de Variação de Custos Médico-Hospitalares, cálculo *per capita* que relaciona os custos assistenciais em relação à carteira de beneficiários, foi diretamente afetado pelo aumento da carteira de clientes assistenciais que no ano de 2023 atingiu 1.564.177(*) vidas, diluindo o efeito de crescimento dos custos. Já o indicador de Variação de Custos Odontológicos apurou um discreto aumento, em comparação com ano de 2022, em função do crescimento da carteira ser menor que o valor repassado aos prestadores odontológicos no ano de 2023.

POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE SOBRAS

A Unimed-BH apura seus resultados levando em conta os atos cooperativos, auxiliares e não cooperativos. Os atos cooperativos são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados e pelas cooperativas entre si, quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo nº 79 da Lei nº 5.764/71.

Os atos auxiliares são aqueles que contribuem para a prestação de serviço do médico cooperado. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas, laboratórios e outros serviços de saúde. Já os atos não cooperativos não têm relação com os médicos cooperados, sendo alheios ao propósito principal da Cooperativa.

Segundo a legislação vigente, o Fundo de Reserva recebeu 10% do resultado dos atos cooperativos. O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates) recebeu 5% do resultado dos atos cooperativos e 100% do resultado dos atos auxiliares e não cooperativos. As sobras à disposição dos médicos cooperados, em Assembleia Geral Ordinária, equivalem a 85% do resultado dos atos cooperativos.

PERSPECTIVAS E PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO PARA EXERCÍCIOS SEGUINTE

Uma das pioneiras na organização do trabalho médico e da assistência à saúde no Brasil sob o modelo cooperativo, a Unimed-BH é referência no cenário da Saúde Suplementar do país. A busca de eficiência na assistência à saúde e na operação, somada ao engajamento das equipes na aplicação de metodologias e processos, asseguraram resultados positivos no último ano e permanecem como diretrizes para os próximos ciclos.

Segundo o caminho de melhoria contínua, a Cooperativa dará continuidade às ações pautadas na qualidade, eficiência, austeridade e inovação. O propósito é cuidar da saúde e permanecer fazendo a diferença na vida das pessoas, dando cada passo em prol do bem comum e do desenvolvimento.

O Planejamento Estratégico da Cooperativa foi revisto para o período 2024-2026 e contempla cinco verticais e diretrizes estratégicas, que são: a Jornada do Cooperado, a Jornada do Cliente, Rede Assistencial, Governança Corporativa, Expansão e Influência. Também estão contempladas a Gestão de Pessoas e a Tecnologia da Informação. O documento foi apresentado e recebeu contribuições dos integrantes dos Conselhos da Unimed-BH em janeiro de 2024.

INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS

A Unimed-BH tem participação acionária de 15,28% na Unimed Participações S/A, holding do Sistema Unimed e controladora das empresas Unimed Seguradora, Unimed Administração e Serviços e Unimed Corretora, que representa os interesses das cooperativas e do Sistema Unimed nas suas controladas, na condução dos negócios. A Unimed Participações atua de forma a sustentar as necessidades de capital das empresas controladas, captando recursos e acompanhando suas performances, sempre em busca de otimizar a rentabilidade dos investimentos das sócias. Esse investimento está registrado pelo valor de R\$ 269.999 mil.

Em função da participação de acionária na Unimed Participações, que detém o controle da Unimed Seguradora, juntamente com o critério de influência significativa, mantemos esse investimento pelo método do MEP. Nossa participação acionária da Unimed Seguradora S.A. totaliza 1,98% de participação. A Unimed Seguradora S.A., sociedade de capital fechado, dedica-se à negociação de seguros, sujeita à fiscalização da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), órgão subordinado ao Ministério da Fazenda.

A Cooperativa possui 20% das quotas de participação da UNIO Soluções em Tecnologia Ltda., tendo como objeto social da sociedade a criação, a implantação e a operação de soluções de sistemas de informação; o licenciamento e a cessão dos direitos de uso de programas de computadores; e o treinamento e a consultoria para a implementação e a operação de seus produtos e serviços. Foram adicionados R\$ 1.679 mil (R\$ 993 mil em 2022).

Em 15/12/2022 a Cooperativa adquiriu 15% de participação no Instituto Materno Infantil de Minas Gerais, com sede no município de Nova Lima/MG, tendo por objetivo as atividades de atendimento hospitalar, pronto-socorro e atendimento de urgências; assessoria à gestão hospitalar; desenvolvimento de atividades científicas e de formação médica; locação ou sublocação de sua área físico-estrutural necessária à prestação de serviços complementares à prestação de serviço médico hospitalar e assistência à saúde humana.

A transferência efetiva das ações formalizou-se pela ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2022, atribuindo ao negócio o valor de R\$ 31.608 mil, sendo R\$ 2.550 mil efetivado por meio de transferência bancária e R\$ 29.058 mil mediante laudo de avaliação efetuado por empresa independente relativamente à aditvação do contrato de credenciamento entre as partes pelo período de cinco anos.

Em 2023, houve aumento de alguns investimentos em decorrência da incorporação de sobras e juros ao capital, no valor de R\$ 8.557 mil (R\$ 4.672 mil em 2022), conforme Assembleias realizadas por estas empresas.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

A Cooperativa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros, com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis, gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. Para as aplicações financeiras classificadas como "mantidos até o vencimento", a Unimed-BH tem a intenção e a capacidade financeira de mantê-las até o vencimento.

A carteira de aplicações da Cooperativa possui 67,83% do seu total em títulos de curto prazo, realizáveis em até 360 dias. Tal estratégia leva em consideração as necessidades de fluxo de caixa da Unimed-BH e permite a manutenção de títulos até o vencimento, privilegiando as taxas de rentabilidade contratadas, evitando deságio se negociadas antes do prazo.

Projeções de desembolsos e recebimentos são estabelecidos para administrar a liquidez, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A Unimed-BH possui controles para gerenciar os recursos e garantir a suficiência para honrar seus compromissos. Não é prática da Cooperativa a obtenção de empréstimos bancários para suprir seu fluxo de caixa.

DIREITO DOS COOPERADOS

O capital social da Unimed-BH, pertencente a 5.208 cooperados (5.196 em 2022), é limitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo, entretanto, para admissão de novos cooperados, ser inferior a R\$ 122 mil. A quota-parte é indivisível, intransferível mesmo entre associados, não podendo ser negociada de modo algum nem dada em garantia. Ao ser admitido na Unimed-BH, o cooperado subscreve, no mínimo, 12.213 quotas-partes no valor correspondente a R\$ 122 mil. Foi deliberada a integralização de capital no montante de R\$ 65.481 mil (R\$ 62.004 mil em 2022) por meio de juros sobre capital social, atualizado em 12%, e líquidos dos efeitos tributários.

(*) Fonte: SIB.

Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico

Unimed
Belo Horizonte

3/12

ANS - Nº 34.388-9

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2023	2022		Nota Explicativa	2023	2022
Ativo				Passivo e do patrimônio líquido			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Disponível.....	4	257.821	219.434	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde.....	14	620.920	541.206
Realizável.....		2.052.390	1.818.262	Provisão para remissão.....		15.877	14.911
Aplicações financeiras.....	5	1.539.906	1.352.516	Provisão de eventos a liquidar para SUS.....		52.808	38.853
Aplicações garantidoras de provisões técnicas.....	14.e	88.545	73.302	Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde.....		350.303	315.207
Aplicações livres.....		1.451.361	1.279.214	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - outros prestadores.....		185.293	157.500
Créditos de operações com planos de assistência à saúde.....	6	292.400	237.167	Outras provisões técnicas.....		16.639	14.735
Contraprestação pecuniária a receber.....		206.083	165.011	Débitos de operações de assistência à saúde.....		72.820	84.197
Participação de beneficiários em eventos indenizáveis.....		85.301	70.196	Contraprestações a restituir.....		666	588
Operadoras de planos de assistência à saúde.....		1.016	1.849	Receita antecipada de contraprestações.....		18.178	20.139
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde.....		-	111	Comercialização sobre operações.....		6	220
Créditos de oper. assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora.....	7	53.261	49.751	Operadoras de planos de assistência à saúde.....		49.267	39.518
Créditos tributários e previdenciários.....	8	57.287	46.092	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde.....		4.703	23.732
Bens e títulos a receber.....	9	76.271	104.587	Débitos de operações assist. à saúde não relacion. c/ pl. saúde da OPS.....		16.885	26.572
Despesas antecipadas.....		3.977	286	Tributos e encargos sociais a recolher.....	15	164.589	155.664
Conta corrente com cooperados.....	10	29.288	27.863	Tributos e contribuições.....		164.589	155.664
Total do ativo circulante.....		2.310.211	2.037.696	Débitos diversos.....	16	123.804	139.328
Ativo não circulante				Conta corrente de cooperados.....	10	605	1.954
Realizável a longo prazo.....		1.494.550	1.452.124	Total do passivo circulante.....		999.623	948.921
Aplicações financeiras.....	5	730.247	716.875	Passivo não circulante			
Aplicações garantidoras de provisões técnicas.....	14.e	586.967	609.715	Exigível a longo prazo			
Aplicações livres.....		143.280	107.160	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde.....	14	257.187	246.722
Créditos tributários e previdenciários.....	8	5.378	7.352	Provisão para remissão.....		22.859	22.812
Títulos e créditos a receber.....	9	4.863	4.996	Provisão de eventos a liquidar para SUS.....		151.219	156.274
Ativo fiscal diferido.....	19.b	108.894	100.771	Outras provisões técnicas.....		83.109	67.636
Depósitos judiciais e fiscais.....	17	645.168	622.130	Provisões judiciais.....	17	573.485	540.329
Investimentos.....	11	494.335	380.537	Provisão para contingência.....		573.485	540.329
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.....		349.752	310.170	Débitos diversos.....	16	222	266
Participações societárias em rede assistencial.....		28.276	31.608	Total do passivo não circulante.....		830.894	787.317
Participações em outras sociedades.....		321.476	278.562	Patrimônio líquido.....	18		
Participações societárias pelo método de custo.....		59.002	50.445	Capital social.....		831.308	775.572
Outros investimentos.....		85.581	19.922	Reservas.....		2.394.365	2.165.764
Imobilizado.....	12	816.121	896.074	Reservas de reavaliação.....		22.413	22.926
Imóveis de uso próprio.....		681.288	764.686	Reservas de lucros/sobras/retenção de superávits.....		2.371.952	2.142.838
Imóveis - hospitalares.....		372.640	445.629	Lucros (Superávits) ou prejuízos (Déficits) acumulados ou resultado.....		100.604	131.361
Imóveis - não hospitalares.....		308.648	319.057	Total do patrimônio líquido.....		3.326.277	3.072.697
Imobilizado de uso próprio.....		114.728	126.520				
Imobilizado - hospitalares.....		84.329	89.517				
Imobilizado - não hospitalares.....		30.399	37.003				
Imobilizações em curso.....		18.673	3.365				
Outras imobilizações.....		912	1.050				
Direito de uso de arrendamentos.....		520	453				
Intangível.....	13	41.577	42.504				
Total do ativo não circulante.....		2.846.583	2.771.239				
Total do Ativo.....		5.156.794	4.808.935	Total do passivo e do patrimônio líquido.....		5.156.794	4.808.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATO

Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

Nota Explicativa	2023				2022				
	Atos Cooperativos		Ato Não Cooperativo	Total	Atos Cooperativos		Ato Não Cooperativo	Total	
	Principais	Auxiliares			Principais	Auxiliares			
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde.....	20	3.417.731	2.473.924	165.558	6.057.213	3.188.378	2.156.056	135.778	5.480.212
Receitas com operação de assistência à saúde.....		3.455.793	2.565.379	173.964	6.195.136	3.230.125	2.235.235	143.815	5.609.175
Contraprestações líquidas.....		3.465.513	2.573.040	174.972	6.213.525	3.151.047	2.178.248	139.089	5.468.384
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde.....		(9.720)	(7.661)	(1.008)	(18.389)	79.078	56.987	4.726	140.791
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora.....		(38.062)	(91.455)	(8.406)	(137.923)	(41.747)	(79.179)	(8.037)	(128.963)
Eventos indenizáveis líquidos.....	21	(2.792.806)	(2.041.108)	(125.428)	(4.959.342)	(2.507.955)	(1.687.368)	(89.403)	(4.284.726)
Eventos conhecidos ou avisados.....		(2.783.041)	(2.029.331)	(119.177)	(4.931.549)	(2.502.314)	(1.691.892)	(93.117)	(4.287.323)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados.....		(9.765)	(11.777)	(6.251)	(27.793)	(5.641)	4.524	3.714	2.597
Resultado das operações com planos de assistência à saúde.....		624.925	432.816	40.130	1.097.871	680.423	468.688	46.375	1.195.486
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde.....		1.589	522	33	2.144	1.980	924	59	2.963
Receitas assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora.....	22	81.924	87.968	32.413	202.305	107.312	96.449	10.990	214.751
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar.....		10.259	25.367	2.160	37.786	9.372	23.218	2.144	34.734
Receitas com intercâmbio eventual.....		63.795	58.343	3.594	125.732	78.200	55.813	2.154	136.167
Outras receitas operacionais.....		7.870	4.258	26.659	38.787	19.740	17.418	6.692	43.850
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde.....		(1.869)	(4.534)	(350)	(6.753)	(2.285)	(4.390)	(294)	(6.969)
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde.....	22	(112.413)	(71.615)	(2.966)	(186.994)	(107.067)	(78.000)	(12.993)	(198.060)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde.....		(99.408)	(63.200)	(4.454)	(167.062)	(111.725)	(63.832)	(4.480)	(180.037)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças.....		(8.957)	(6.596)	(447)	(16.000)	(7.895)	(5.410)	(343)	(13.648)
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde.....		11.169	-	-	11.169	10.651	-	-	10.651
Provisão para perdas sobre créditos.....		(15.217)	(1.819)	1.935	(15.101)	1.902	(8.758)	(8.170)	(15.026)
Outras despesas operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora.....	22	(54.021)	(52.075)	(2.550)	(108.646)	(79.417)	(42.770)	7.926	(114.261)
Resultado Bruto.....		540.135	393.082	66.710	999.927	600.946	440.901	52.063	1.093.910
Despesas de comercialização.....		(52.274)	(38.455)	(2.611)	(93.340)	(55.700)	(38.456)	(2.438)	(96.594)
Despesas administrativas.....	23	(452.305)	(195.646)	(21.489)	(669.440)	(567.869)	(186.124)	(17.501)	(771.494)
Resultado financeiro líquido.....	24	(85.885)	2.696	285.164	201.975	(85.193)	128	285.376	200.311
Receitas financeiras.....		16.115	10.560	294.212	320.887	14.885	9.455	288.811	313.151
Despesas financeiras.....		(102.000)	(7.864)	(9.048)	(118.912)	(100.078)	(9.327)	(3.435)	(112.840)
Resultado patrimonial.....		10.669	5.059	42.441	58.169	8.120	1.789	67.076	76.985
Receitas patrimoniais.....		16.868	7.004	47.378	71.250	8.650	2.096	67.724	78.470
Despesas patrimoniais.....		(6.199)	(1.945)	(4.937)	(13.081)	(530)	(307)	(648)	(1.485)
Resultado antes dos impostos e participações.....		(39.660)	166.736	370.215	497.291	(99.696)	218.238	384.576	503.118
Imposto de renda.....	19	-	(33.182)	(73.675)	(106.857)	-	(44.662)	(78.702)	(123.364)
Contribuição social.....	19	-	(14.898)	(33.080)	(47.978)	-	(19.424)	(34.230)	(53.654)
Impostos diferidos.....	19	-	2.547	5.656	8.203	-	1.171	2.063	3.234
Participação nas sobras.....		(9.397)	(6.959)	(476)	(16.832)	(6.846)	(4.713)	(306)	(11.865)
Resultado líquido.....		(49.057)	114.244	268.640	333.827	(106.542)	150.610	273.401	317.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	2023				2022				
	Atos Cooperativos		Ato Não Cooperativo	Total	Atos Cooperativos		Ato Não Cooperativo	Total	
	Principais	Auxiliares			Principais	Auxiliares			
Sobras líquidas do exercício.....		(49.057)	114.244	268.640	333.827	(106.542)	150.610	273.401	317.469
Resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes.....		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total.....		(49.057)	114.244	268.640	333.827	(106.542)	150.610	273.401	317.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico

Unimed

Belo Horizonte

4/12

ANS - Nº 34.388-9

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 – (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Fates	Reserva Pró-Família	Fundo Concorrencial	Reserva de reavaliação	Resultados acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro 2021	739.225	119.399	1.426.455	220.564	199.926	23.237	167.931	2.896.737
Aumento (Redução) de capital								
Integralização de capital com juros de capital próprio								
Integralização de capital com entrada de novos cooperados	62.004	-	-	-	-	-	-	62.004
Devolução de capital	5.867	-	-	-	-	-	-	5.867
Reservas	(31.524)	-	-	-	-	-	-	(31.524)
Doação recebida								
Aporte no Fundo Concorrencial	-	-	-	-	-	-	-	-
Utilização de fundos	-	-	-	(10.171)	-	-	-	(10.171)
Distribuição das sobras de 2021	-	-	-	-	-	-	(167.931)	(167.931)
Total de transações de capital, distribuição de sobras e realização/constituição de reservas	36.347	-	-	(10.171)	-	-	(167.931)	(141.755)
Sobra líquida do exercício - Ato Cooperativo Principal	-	-	-	-	-	-	(106.542)	(106.542)
Absorção de despesas pelo uso do Fates no exercício	-	-	(260.534)	-	-	-	260.534	-
Absorção de despesas pelo uso do Fundo Concorrencial no exercício	-	-	-	-	(137)	-	137	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(414)	414	-
Constituição dos fundos obrigatórios								
Fundo de reserva 10% s/sobra líquida do exercício	-	15.454	-	-	-	-	(15.454)	-
Fates estatutário 5% s/sobra líquida do exercício	-	-	7.728	-	-	-	(7.728)	-
Total do resultado do Ato Cooperativo Principal e realização/constituição de reservas	-	15.454	(252.806)	-	(137)	(414)	131.361	(106.542)
Resultado com Ato Cooperativo Auxiliar e Ato não Cooperativo	-	-	-	-	-	-	424.011	424.011
Absorção de despesas pelo uso do Fundo Concorrencial no exercício	-	-	-	-	(102)	-	102	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(215)	215	-
IRPJ e CSLL sobre realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	72	(72)	-
IRPJ e CSLL sobre reversão (variação percentual Atos Coop.) da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	246	-	246
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição dos fundos obrigatórios								
Fates - resultado com Ato Cooperativo Auxiliar e Ato não Cooperativo	-	-	424.256	-	-	-	(424.256)	-
Total do resultado do Ato Cooperativo Auxiliar e realização/constituição de reservas	-	-	424.256	-	(102)	103	-	424.257
Saldos em 31 de dezembro 2022	775.572	134.853	1.597.905	210.393	199.687	22.926	131.361	3.072.697
Aumento (Redução) de capital								
Integralização de capital com juros de capital próprio	65.481	-	-	-	-	-	-	65.481
Integralização de capital com entrada de novos cooperados	24.794	-	-	-	-	-	-	24.794
Devolução de capital	(34.539)	-	-	-	-	-	-	(34.539)
Reservas								
Aporte no Fundo Concorrencial	-	-	-	-	-	-	-	-
Utilização de fundos	-	-	-	(4.542)	-	-	-	(4.542)
Distribuição das sobras de 2022	-	-	-	-	-	-	(131.361)	(131.361)
Total de transações de capital, distribuição de sobras e realização/constituição de reservas	55.736	-	-	(4.542)	-	-	(131.361)	(80.167)
Sobra líquida do exercício - Ato Cooperativo Principal	-	-	-	-	-	-	(49.057)	(49.057)
Absorção de despesas pelo uso do Fates no exercício	-	-	(164.628)	-	-	-	164.628	-
Absorção de despesas pelo uso do Fundo Concorrencial no exercício	-	-	-	-	(2.460)	-	2.460	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(327)	327	-
Constituição dos fundos obrigatórios								
Fundo de reserva 10% s/sobra líquida do exercício	-	11.836	-	-	-	-	(11.836)	-
Fates estatutário 5% s/sobra líquida do exercício	-	-	5.918	-	-	-	(5.918)	-
Total do resultado do Ato Cooperativo Principal e realização/constituição de reservas	-	11.836	(158.710)	-	(2.460)	(327)	100.604	(49.057)
Resultado com Ato Cooperativo Auxiliar e Ato não Cooperativo	-	-	-	-	-	-	382.884	382.884
Absorção de despesas pelo uso do Fundo Concorrencial no Exercício	-	-	-	-	(1.972)	-	1.972	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(161)	161	-
IRPJ e CSLL sobre realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	55	(55)	-
IRPJ e CSLL sobre reversão (variação percentual Atos Coop.) da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(80)	-	(80)
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição dos fundos obrigatórios								
Fates - resultado com Ato Cooperativo Auxiliar e Ato não Cooperativo	-	-	384.962	-	-	-	(384.962)	-
Total do resultado do Ato Cooperativo Auxiliar e realização/constituição de reservas	-	-	384.962	-	(1.972)	(186)	-	382.804
Saldos em 31 de dezembro 2023	831.308	146.689	1.824.157	205.851	195.255	22.413	100.604	3.326.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 – (Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos	480.459	491.254
Ajustes ao resultado:		
Atividades operacionais:		
Provisões de contingências	31.523	52.607
Juros líquidos de longo prazo	(282.414)	(114.719)
Equivalência patrimonial	(32.122)	(30.930)
Depreciações e amortizações	35.586	39.379
Baixa do ativo não circulante	4.263	338
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	46.616	(98.761)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.084)	(1.437)
Juros sobre o capital social	65.481	62.004
Provisão para participação nos resultados	16.832	11.865
Aumento de investimento por Incorporação de Sobras	(8.557)	(4.672)
	355.583	406.928
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(54.313)	(22.367)
Créditos de oper. assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(2.346)	6.882
Créditos tributário e previdenciário	(9.221)	(11.654)
Bens e títulos a receber	28.316	(4.030)
Despesas antecipadas	(3.691)	3.299
Conta corrente de cooperados	(1.425)	(327)
Títulos e créditos a receber	133	(4.500)
Depósitos judiciais e fiscais	(23.038)	(41.592)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde	35.096	(18.997)
Contraprestações a restituir	78	51
Receita Antecipada de contraprestações	(1.961)	(2.957)
Comercialização sobre operações	(214)	121
Débitos de operações assistência à saúde	(19.029)	631
Operadoras de planos de assistência à saúde	9.749	3.663
Débitos de operações assist. à saúde não relacionados com OPS	(9.687)	10.627
Débitos diversos	(32.400)	12.345
Conta corrente cooperados	(1.349)	(4.512)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(145.910)	(170.171)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	124.371	163.440
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Ingressos)/resgates de aplicações financeiras	91.752	65.542
Aquisição de investimentos	(7.460)	(36.931)
Baixa de investimentos	3.651	-
Aquisição de ativo imobilizado	(24.528)	(9.087)
Aquisição de ativo intangível	(3.751)	(9.180)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	59.664	10.344
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	24.794	5.867
Pagamento Fundo Pró-Família	(4.542)	(10.171)
Devolução de capital	(34.539)	(31.524)
Distribuição de sobras	(131.361)	(167.931)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(145.648)	(203.759)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	38.387	(29.975)
Saldos de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	219.434	249.409
Saldos de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	257.821	219.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 – (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Contraprestações	6.425.983	5.834.274
Contraprestações líquidas	6.213.526	5.468.384
Outras receitas operacionais de assist. à saúde não relat. c/ pl. de saúde da OPS	212.528	220.033
Receitas relativas à construção de ativos próprios	16.234	3.629
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.084	1.437
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(18.389)	140.791
Eventos indenizáveis	(5.485.505)	(4.878.507)
Eventos indenizáveis líquidos	(4.746.238)	(4.109.713)
Outras despesas operacionais de assist. à saúde não relat. c/ pl. de saúde da OPS	(108.646)	(114.261)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(540.818)	(627.437)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	(27.793)	2.597
Outros	(62.010)	(29.693)
Valor adicionado bruto	940.478	955.767
Retenções	(35.586)	(39.379)
Depreciação, amortização	(35.586)	(39.379)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	904.892	916.388
Valor adicionado recebido em transferência	377.864	363.517
Receitas financeiras	320.887	313.151
Outras receitas	56.977	50.366
Valor adicionado total a distribuir	1.282.756	1.279.905
Distribuição do valor adicionado	(1.282.756)	(1.279.905)
Pessoal:	(442.919)	(431.947)
Remuneração direta	(322.334)	(326.041)
Benefícios	(91.420)	(80.240)
FGTS	(29.165)	(25.666)
Impostos, taxas e contribuições:	(412.183)	(445.663)
Federais	(340.029)	(365.350)
Estaduais	(1.075)	(18.375)
Municipais	(71.079)	(61.938)
Remuneração de capitais de terceiros:	(27.913)	(22.265)
Despesas financeiras	(27.283)	(21.973)
Outros	(630)	(292)
Remuneração de capitais próprios:	(399.741)	(380.030)
Resultado líquido	(333.827)	(317.469)
Realização da reserva de reavaliação	(433)	(556)
Despesas de juros de capital próprio	(65.481)	(62.005)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico

Unimed
Belo Horizonte

5/12

ANS - Nº 34.388-9

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional da Cooperativa

A Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico (doravante denominada Cooperativa, Unimed-BH, Entidade ou Operadora) é uma cooperativa de serviços médicos e hospitalares, constituída em 1º de abril de 1971 por médicos cooperados e tem por objetivo a defesa econômica e social do trabalho de seus cooperados, promovendo contratos para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar individuais, familiares e coletivos. É seu objetivo, ainda, a educação cooperativista de seus cooperados e a participação em campanhas de expansão do cooperativismo e de modernização de suas técnicas. A sua sede é em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, atuando também nos municípios de Baldim, Betim, Barão de Cocais, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Catas Altas, Conceição do Mato Dentro, Confins, Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Igarapé, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mario Campos, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Bárbara, Santa Luzia, Santana do Riacho, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, bem como as interpretações e as orientações emitidas por aquele Comitê.

A escrituração contábil segue o Plano de Contas Padrão da ANS e o modelo de apresentação das demonstrações financeiras a serem adotados obrigatoriamente pelas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução Normativa nº 528/2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho Fiscal em 28 de fevereiro de 2024.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos, quando existentes), é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo, incluindo os ativos adquiridos por combinação de negócios. Os ativos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo, ou seja, a moeda do principal ambiente econômico no qual este atua. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor e que visam a atender a compromissos de curto prazo.

2.4. Aplicações financeiras

Incluem aplicações financeiras resgatáveis no prazo contratado e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e com prazos de vencimentos superiores a três meses a contar da data da contratação registrada no curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. As aplicações vinculadas às provisões técnicas foram registradas no ativo não circulante, observando o critério de indisponibilidade desse recurso financeiro.

2.5. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que considera os títulos vencidos há mais de 60 dias da data do fechamento do exercício para os clientes pessoa física e 90 dias para os clientes pessoa jurídica e clientes de intercâmbio e todos os demais títulos em aberto dos clientes que se enquadram nos critérios citados, após análise individual efetuada pela administração.

2.6. Investimentos em participação de outras entidades

Os investimentos em sociedades não cooperativas, coligadas, destinados a complementar a atividade do ato cooperativo, são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado. Os investimentos em sociedade cooperativa de qualquer grau são registrados pelo custo de aquisição, e seus resultados contabilizados, de acordo com o princípio da Competência, em conta de ingresso que integra a conta de investimento da investidora. A cada data de fechamento do balanço patrimonial, existindo evidência de que o investimento sofreu perda, é constituída a provisão para desvalorização.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Cooperativa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Cooperativa, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

2.7. Imobilizado

i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os itens que compõem o grupo de imobilizado são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui também os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, conforme Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O método de depreciação linear é aplicado a todos os itens que compõem o grupo de imobilizado. A despesa de depreciação é registrada contra o resultado do exercício de acordo com sua estimativa de vida útil. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento em que os ativos estão instalados e prontos para uso. As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados anualmente.

ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados. Valor residual de um ativo é o valor que a Cooperativa obteria com a venda do ativo depois de deduzir as despesas de vendas.

A depreciação é reconhecida no resultado, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado foi revisada prospectivamente no final do ano de 2023 por empresa especializada. Em conformidade com os laudos, as médias de depreciação das principais classes de ativo imobilizado estão descritas a seguir:

	Taxa média de depreciação
Edificações.....	2,00%
Máquinas e equipamentos.....	9,00%
Equipamentos de computação.....	22,00%
Instalações.....	8,00%
Móveis e utensílios.....	10,00%
Veículos.....	8,00%
Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	11,00%

2.8. Intangível

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A vida útil remanescente dos bens do intangível foi revisada, prospectivamente, no final do ano de 2023 por empresa especializada. Em conformidade com os laudos, a amortização média do ativo intangível no ano corresponde a:

	Taxa média de amortização
Software.....	14,0%
Marca Hospital Infantil São Camilo.....	5,00%
Acordo de não competitividade.....	20,00%
Carteira de clientes.....	20,00%

2.9. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.10. Tributação

2.10.1. Impostos sobre contraprestações

O PIS e a Cofins são calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, com base no critério cumulativo, para os atos principais, auxiliares e não cooperativos, deduzindo-se as responsabilidades cedidas, a parcela das contraprestações pecuniárias destinada à constituição de provisões técnicas e o valor referente às indenizações correspondentes aos eventos ocorridos, efetivamente pagos, deduzidos das importâncias recebidas a título de transferência de responsabilidades, conforme determina a legislação fiscal. Os valores apurados em relação ao ato cooperativo estão sendo questionados judicialmente. Dessa maneira, os montantes devidos são depositados mensalmente em juízo e estão devidamente provisionados no passivo.

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é calculado à alíquota de 3% sobre o faturamento. Nos termos da legislação, a Cooperativa está autorizada a deduzir da base de cálculo do ISSQN o valor recebido de terceiros e repassado a seus cooperados e a credenciados para a prática de ato cooperativo auxiliar, a título de remuneração pela prestação dos serviços, conforme Lei Municipal nº 8.725/03.

2.10.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o resultado contábil dos atos auxiliares e não cooperativos, ajustado pelas adições e exclusões definidas na legislação fiscal, compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os resultados que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9%, reconhecida pelo regime de competência. As inclusões ao resultado de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas na apuração do resultado tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.10.3. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias na data do balanço, considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis serão gerados para permitir que todo o parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos não registrados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto que foram promulgadas na data do balanço.

2.11. Instrumentos financeiros

2.11.1. Ativos financeiros

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Cooperativa tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e as taxas ou os custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica "Receitas financeiras", na demonstração do resultado.

c) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Cooperativa compreendem o contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A Cooperativa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

2.11.2. Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como contas a pagar. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

2.12. Apuração de resultado

É classificado como "Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde" o resultado líquido dos ingressos (receitas) acrescido das receitas de transferências de responsabilidades (intercâmbio) e deduzidas as variações das provisões técnicas, os abatimentos, os cancelamentos e as restituições, registrados por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação, modalidade da cobertura e classificados de acordo com os atos cooperativos principais, auxiliares e não cooperativos.

As receitas com as contraprestações de operações de assistência à saúde são reconhecidas na demonstração do resultado pelo respectivo período de cobertura contratual, respeitando o princípio da competência dos exercícios.

As despesas de comissões são reconhecidas na demonstração de resultado em consonância com as receitas correspondentes.

As despesas com intercâmbios (serviços prestados por outras Unimed) são reconhecidas no momento que avisadas pelas prestadoras.

As demais receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de resultado, observando-se o regime de competência dos exercícios.

2.13. Atos cooperativos e não cooperativos

Os Atos Cooperativos são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo 79 da Lei nº 5.764/71.

Os Atos Auxiliares são aqueles que auxiliam o médico cooperado na sua prestação de serviços. Corresponde à utilização de hospitais, clínicas e laboratórios. Sem essa estrutura, não se poderia praticar a medicina.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa Médica. Como exemplo, cita-se a assistência odontológica, na qual nenhum dentista é cooperado da Unimed-BH, e também os dispêndios com médicos não cooperados no atendimento de urgência e emergência em pronto-socorro hospitalar.

Os critérios de alocação dos dispêndios e das despesas gerais, bem como o faturamento e as demais receitas operacionais com atos cooperativos e não cooperativos, são como se segue:

Os custos diretos (eventos indenizáveis líquidos) da Cooperativa são identificados por ato cooperativo e ato não cooperativo.

O faturamento em coparticipação e custo operacional são classificados em ato cooperativo e não cooperativo, de acordo com o evento ocorrido. Para o faturamento na modalidade de pré-pagamento, é efetuado um rateio proporcional ao custo direto dessa modalidade.

As despesas e as demais receitas indiretas são segregadas proporcionalmente ao faturamento apurado para o ato cooperativo e não cooperativo, desde que não seja possível separar objetivamente o que pertence a cada espécie de despesa ou receita.

2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Cooperativa concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não efetuou nenhum ajuste a valor presente dos ativos e passivos.

2.15. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na prestação de serviços de operadora de planos de saúde e assistência médico e hospitalar, a Cooperativa está organizada em uma única unidade de negócio. Os serviços prestados pela Cooperativa, embora destinados a diversos segmentos de negócios da economia dos seus clientes, não são controlados e gerenciados pela administração como segmentos independentes. Dessa maneira, os resultados da Cooperativa são acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.16. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) introduz um modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Com relação à natureza das despesas relacionadas com esses contratos, o CPC 06 (R2) substitui a despesa linear de arrendamento operacional com a junção do custo de depreciação dos ativos de direito de uso e da despesa de juros sobre os passivos de arrendamentos, passando a registrar em despesas financeiras. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isso é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros e operacionais.

Direito de uso de arrendamento

A Cooperativa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso).

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico

Unimed
Belo Horizonte

6/12

ANS - Nº 94.388-D

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Cooperativa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Cooperativa usa tanto na mensuração inicial quanto na remensuração das taxas nominais observáveis.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Cooperativa não reconhece como ativo de direito de uso os arrendamentos de curto prazo (ou seja, cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contêm opção de compra). Também não aplica o reconhecimento no ativo de direito de uso os bens de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.17. Capital Regulatório

A partir de 01/01/2023, em conformidade com a RN 569/2022, entraram em vigor novos critérios para definição do capital regulatório (limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado a ser observado a qualquer tempo) das operadoras de planos de assistência à saúde, em substituição à metodologia aplicada pela Margem de Solvência até então regida pela RN 526/2022.

O Capital Regulatório é definido pelo maior montante entre o Capital Base (montante fixo a ser observado a qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização das reguladas, como disposto no Anexo I da RN 569) e o Capital Baseado em Riscos. A metodologia e os cálculos do capital regulatório estão apresentados na NE nº 26.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Cooperativa requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Cooperativa, a administração fez os seguintes julgamentos, que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

3.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Cooperativa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3.2. Vida útil e valor residual dos bens do ativo imobilizado e intangível

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 2.7 e 2.8, a depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de consultores externos que são revisados regularmente. A vida útil e os valores residuais estão corretamente avaliados e apresentados nas demonstrações financeiras.

3.3. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Cooperativa constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das Autoridades Fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela Autoridade Fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Cooperativa.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.4. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Cooperativa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

O lançamento contábil referente a provisões é efetuado pela essência da operação, o fato de a operadora ter que liquidar uma obrigação, amigável ou judicialmente, não altera o registro contábil no resultado das operadoras, esse conceito é o que preconiza a aplicação da essência econômica sobre a forma jurídica.

A Cooperativa reconhece provisão técnica para: Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), Benefício de remissão concedido e Benefício de remissão a conceder, sendo essa última classificada como “Outras provisões técnicas”. Essas provisões referem-se a estimativas atuariais para fazer frente ao pagamento dos eventos ocorridos e que não tenham sido registrados contabilmente e para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações. O cálculo dessas provisões deve ser apurado conforme metodologia definida por atuariário legalmente habilitado, em Nota Técnica Atuária de Provisão (NTAP) devidamente aprovada pela DIOPE/ANS.

a) Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde

Correspondem aos valores líquidos a pagar aos médicos cooperados, aos hospitais, aos laboratórios, às clínicas e aos demais conveniados, contemplando o provisionamento dos eventos avisados, independentemente da apresentação do documento fiscal pelo prestador.

b) Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Conforme disposto na Resolução Normativa nº 574/23, a Cooperativa deve constituir mensalmente PEONA, estimada atuariamente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente, para eventos assumidos na modalidade de pré-pagamento, contemplando corresponsabilidade assumida e líquido de coparticipações e glosas.

A PEONA é estimada com base em triângulos de *run-off* mensais, partindo do pressuposto de que os avisos referentes a eventos ocorridos se desenvolverão de forma similar ao comportamento observado em períodos de ocorrência anteriores.

c) Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS – PEONA SUS

Referente à estimativa do montante de eventos originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Prevê o artigo 4º da RN 574/23, que a referida provisão técnica deve ser apurada conforme metodologia atuarial definida por atuariário legalmente habilitado e descrita em NTAP. Porém, faculta para as operadoras que não possuam metodologia atuarial própria a possibilidade de cálculo da PEONA SUS nos moldes do Anexo VIII dessa mesma RN.

A Cooperativa, neste primeiro momento, optou pela metodologia padrão proposta pela ANS, e posteriormente estudará métodos próprios, a serem apresentados à ANS quando oportuno.

d) Provisões técnicas para benefícios de remissão concedidos

A Resolução Normativa nº 574/23 determina a constituição da provisão de benefícios de remissão concedido para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes. Entende-se por remissão o fato de os beneficiários ficarem isentos do pagamento das contraprestações, por um prazo predeterminado, em função da ocorrência do evento gerador conforme definido em contrato.

e) Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas (PPCNG)

Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativas ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, em relação ao risco decorrido. A Cooperativa não emite uma única fatura com mais de uma competência, assim o cálculo *pro rata* dar-se-á apenas na primeira emissão de cobrança, após isso o faturamento é por única competência.

f) Outras provisões técnicas

O grupo “Outras provisões técnicas” contempla a Provisão de benefícios de remissão a conceder que é complementar à Provisão de benefícios de remissão concedido, já que deve ser constituída enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício de remissão, para a cobertura, nas condições contratuais pactuadas, dos compromissos assumidos com os beneficiários com direito a tal cobertura. A metodologia de cálculo leva em consideração a expectativa de permanência dos titulares no plano até a sua saída por falecimento e a partir desse momento os custos relacionados à permanência dos dependentes no plano por período definido em contrato, uma vez que estarão isentos do pagamento das contraprestações. Essa provisão foi aprovada pela ANS em 2017.

g) Ressarcimento ao SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998 e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

h) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Cooperativa reconhece provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Esses critérios de classificação da estimativa da probabilidade de perda são igualmente utilizados em relação às multas administrativas aplicadas pela ANS que estejam sendo discutidas judicialmente e garantidas através de depósito integral do valor reputado indevido em razão da ilegalidade da aplicação da penalidade.

Quando uma entidade está sujeita à obrigação legal, é improvável que essa obrigação não seja reconhecida nas demonstrações contábeis. Uma obrigação originada em lei só poderá ser tratada como remota ou possível se houver um fato específico que suporte esse julgamento, por exemplo, uma jurisprudência pacificada.

4. Disponível

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	74	70
Depósitos à vista e aplicações de liquidez imediata	257.747	219.364
Total do disponível (caixa e equivalentes de caixa).....	257.821	219.434

As disponibilidades são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. “Caixa e equivalentes de caixa” são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem **rating** AAA, em escala nacional com base na agência de rating (Standard & Poor’s, Fitch e Moody’s) remunerados através de fundos referenciado DI com remuneração média de 97,23% do CDI (108,00% em 2022), correspondente a 13,04% (12,43% em 2022) e compromissadas com a rentabilidade 93% do CDI.

Por norma regulatória da ANS, para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

5. Aplicações financeiras

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Cotas de fundos de investimentos de renda fixa (a).....	993.274	917.805
Cotas de fundos de investimentos de renda fixa - Garantidor (a) (d)	41.093	56.019
Certificados de Depósito Bancário (CDBs) - Livre (a).....	281.224	361.408
Certificados de Depósito Bancário (CDBs) - Garantidor (a) (d)	-	17.284
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE).....	65.150	-
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE/LF) - Garantidor (d).....	47.452	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT-LTN) (c).....	111.713	-
	1.539.906	1.352.516

Não circulante

Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE).....	67.917	53.705
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE/LF) Garantidor (d)	-	42.339
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	75.363	11.325
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE) - Custodiado (d).....	53.580	23.363
Certificados de Depósito Bancário (CDBs) - Custodiado (a) (d)	-	28.523
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN) - Custodiado (c) (d)	17.586	45.999
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN).....	-	42.130
Cotas de Fundos de Investimentos de Renda Fixa (FIDC) - Custodiado (b) (d).....	515.801	469.491
	730.247	716.875
Total do circulante e não circulante	2.270.153	2.069.391

Indicadores:

	Taxa média anual	
Selic.....	13,04%	12,43%
CDI.....	13,04%	12,43%

(a) As cotas de fundos de investimentos de renda fixa e os Certificados de Depósitos Bancários possuem remuneração vinculada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). Inexistem na carteira da Cooperativa aplicações em fundos exclusivos.

(b) Os FIDCs referem-se a Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios. Em 31 de dezembro de 2023, a carteira da Cooperativa possui em sua composição os seguintes FIDCs: Empírica Sifra Star e FIDC MulSet BVA MASGENIAL, possuindo rentabilidade média anual de 130,84% sobre o CDI (131,66% em 2022).

(c) As LFTs e LTNs possuem rentabilidade média anual de 100,79% (98,42% em 2022) da variação da Selic.

(d) Em cumprimento à RN 521/22 da ANS, a Operadora mantém os respectivos títulos e valores mobiliários registrados como ativos garantidores das provisões técnicas, que representam garantias nos montantes totais de R\$ 675.512 (R\$ 683.017 em 2022), do total das provisões técnicas de R\$ 876.107 (R\$ 757.928 em 2022), conforme NE 14.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos do saldo de aplicações financeiras, incluindo período de vencimento e os seus níveis na hierarquia do valor justo:

Título	2023							Nível de hierarquia Valor justo
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor justo	
	Valor justo por meio do resultado.....							
	1.604.997	-	-	-	-	1.604.997	1.606.176	
Cotas de fundos de investimentos de renda fixa (a)	993.273	-	-	-	-	993.273	993.273	1
Cotas de Fundos de Investimentos de Renda Fixa (FIDC) - Custodiado (b) (d).....	515.801	-	-	-	-	515.801	515.801	1
Cotas de Fundos Investimentos de Renda Fixa - Garantidor (a) (d).....	41.093	-	-	-	-	41.093	41.093	1
Certificados de Depósito Bancário (CDBs) - Livre (a).....	54.830	-	-	-	-	54.830	56.009	2
Títulos mantidos até o vencimento	180.117	288.179	196.860	-	-	665.156	665.677	
Certificados de Depósito Bancário (CDB) - Livre (a)	46.505	179.889	75.363	-	-	301.757	302.276	2
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	4.312	60.838	67.917	-	-	133.067	133.067	2
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE) Custodiado (d).....	-	-	53.580	-	-	53.580	53.580	2
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE/LF) Garantidor (d).....	-	47.452	-	-	-	47.452	47.452	2
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN) Garantidor (c)(d).....	17.587	-	-	-	-	17.587	17.587	2
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN).....	111.713	-	-	-	-	111.713	111.715	
Total geral	1.785.114	288.179	196.860	-	-	2.270.153	2.271.853	
	Total do circulante						1.539.906	
	Total do não circulante						730.247	

Título	2022							Nível de hierarquia Valor justo
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor justo	
	Valor justo por meio do resultado.....							
	1.512.831	-	-	-	-	1.512.831	1.514.326	
Cotas de fundos de investimentos de renda fixa (a).....	917.805	-	-	-	-	917.805	917.805	1
Cotas de Fundos de Investimentos de Renda Fixa (FIDC) - Custodiado (b) (d).....	469.491	-	-	-	-	469.491	469.491	1
Cotas de Fundos Investimentos de Renda Fixa - Garantidor (a) (d).....	56.019	-	-	-	-	56.019	56.019	1
Certificados Depósito Bancário (CDBs) - Livre (a).....	69.516	-	-	-	-	69.516	71.011	2
Títulos mantidos até o vencimento	114.448	276.841	165.271	-	-	556.560	558.431	
Certificados de Depósito Bancário (CDB) - Livre (a)	32.335	259.557	11.325	-	-	303.217	305.064	2
Certificados de Depósito Bancário (CDB) Garantidor (a) (d)	-	17.284	-	-	-	17.284	17.284	2
Certificados de Depósito Bancário (CDB) Custodiado (a) (d).....	28.523	-	-	-	-	28.523	28.523	2
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE).....	-	-	53.705	-	-	53.705	53.705	2
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE) Custodiado (d).....	23.363	-	-	-	-	23.363	23.363	2
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE/LF) Garantidor (d).....	-	-	42.339	-	-	42.339	42.339	2
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN) Garantidor (c)(d).....	30.227	-	15.772	-	-	45.999	45.999	2
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN).....	-	-	42.130	-	-	42.130	42.154	
Total geral	1.627.279	276.841	165.271	-	-	2.069.391	2.072.757	
	Total do circulante						1.352.516	
	Total do não circulante						716.875	

As informações sobre a exposição da Cooperativa a riscos e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 25.

Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico

Unimed

Belo Horizonte

7/12

ANS - Nº 34.388-9

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	31/12/2023	31/12/2022
Contraprestação pecuniária a receber (a).....	212.788	170.218
(-) Provisão para perdas sobre créditos (b).....	(6.705)	(5.207)
	206.083	165.011
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		
Participação dos beneficiários em eventos indenizados (c).....	86.225	71.693
(-) Provisão para perdas sobre créditos (b).....	(924)	(1.497)
	85.301	70.196
Operadoras de planos de assistência à saúde.....	1.016	1.849
(-) Provisão para perdas sobre créditos (b).....	-	-
	1.016	1.849
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde.....	-	116
(-) Provisão para perdas sobre créditos (b).....	-	(5)
	-	111
	292.400	237.167

(a) Acréscimo em 2023 corresponde ao reajuste contratual da carteira de clientes e do ingresso de novos contratos.

(b) O montante constituído é considerado pela administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos de operações com planos de assistência à saúde. A provisão é constituída conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.5.

(c) As contraprestações efetivas são apropriadas à receita no mês de competência, considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços preestabelecidos.

O detalhamento da idade dos principais títulos que compõem os créditos de operações com planos de assistência à saúde é o seguinte:

	Vencidos 2023					Total
	A vencer	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias	
Contraprestação pecuniária a receber.....	150.306	50.399	6.281	1.252	4.550	212.788
Participação dos beneficiários.....	82.412	2.487	547	247	532	86.225
Operadoras de planos de assistência à saúde.....	386	630	-	-	-	1.016
	233.104	53.516	6.828	1.499	5.082	300.029

	Vencidos 2022					Total
	A vencer	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias	
Contraprestação pecuniária a receber.....	124.341	34.169	7.845	1.196	2.667	170.218
Participação dos beneficiários.....	67.619	2.716	780	192	386	71.693
Operadoras de planos de assistência à saúde.....	1.296	553	-	-	-	1.849
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde.....	96	18	-	-	2	116
	193.352	37.456	8.625	1.388	3.055	243.876

A movimentação da provisão para perdas sobre créditos é como se segue:

	31/12/2022			31/12/2023		
	Saldo inicial	Adição	(Reversão)	Saldo inicial	Adição	(Reversão)
Contraprestação pecuniária a receber.....	5.207	25.545	(24.047)	6.705	-	-
Participação dos beneficiários.....	1.497	3.003	(3.576)	924	-	-
Outros créditos op. assist. médico-hospitalar.....	5	11	(16)	-	-	-
	6.709	28.559	(27.639)	7.629	-	-
	31/12/2021			31/12/2022		
	Saldo inicial	Adição	(Reversão)	Saldo inicial	Adição	(Reversão)
Contraprestação pecuniária a receber.....	4.274	19.385	(18.452)	5.207	-	-
Participação dos beneficiários.....	632	4.052	(3.187)	1.497	-	-
Operadoras de planos de assistência à saúde.....	873	737	(1.610)	-	-	-
Outros créditos op. Assist. Médico-hospitalar.....	-	6	(1)	5	-	-
	5.779	24.180	(23.250)	6.709	-	-

As informações sobre a exposição da Cooperativa a riscos e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 2.5.

7. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com o plano de saúde da operadora

	31/12/2023	31/12/2022
Intercâmbio a receber.....	41.684	38.244
(-) Provisão para perdas sobre créditos (a).....	(25)	(358)
Operadoras de planos e assistência à saúde.....	41.659	37.886
Contas a receber.....	15.670	12.888
(-) Provisão para perdas sobre créditos (a).....	(4.068)	(2.564)
Outros créditos operacionais de Plano de Saúde da Operadora (PSO).....	11.602	10.324
Outros créditos operac. prestação de SMH (Serviço Médico Hospitalar).....	-	1.548
(-) Provisão para perdas sobre créditos (a).....	-	(7)
Outros créditos operac. prestação de SMH.....	-	1.541
Total.....	53.261	49.751

(a) O montante total de provisão para perdas, no valor de R\$ 4.093 (R\$ 2.929 em 2022), é considerado pela administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos de operações com outras operadoras ou com créditos a receber de prestação de serviços de assistência médico-hospitalar. A provisão é constituída conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.5.

O detalhamento da idade dos principais títulos que compõem os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com o plano de saúde da operadora é o seguinte:

	Vencidos 2023					Total
	A vencer	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias	
Operadoras de planos de assistência à saúde.....	40.621	1.039	-	-	24	41.684
Outros créditos operacionais de PSO.....	9.971	1.959	754	564	2.422	15.670
	50.592	2.998	754	564	2.446	57.354

	Vencidos 2022					Total
	A vencer	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias	
Operadoras de planos de assistência à saúde.....	37.537	620	26	13	48	38.244
Outros créditos operacionais de PSO.....	7.859	1.299	894	412	2.424	12.888
Outros créditos operac. prestação de SMH.....	1.160	356	31	-	1	1.548
	46.556	2.275	951	425	2.473	52.680

A movimentação da provisão para perdas sobre créditos é como se segue:

	31/12/2022			31/12/2023		
	Saldo inicial	Adição	(Reversão)	Saldo inicial	Adição	(Reversão)
Operadoras de planos de assistência à saúde.....	358	661	(994)	25	-	-
Outros créditos operacionais de PSO.....	2.564	12.348	(10.844)	4.068	-	-
Outros créditos operac. prestação de SMH.....	7	-	(7)	-	-	-
	2.929	13.009	(11.845)	4.093	-	-
	31/12/2021			31/12/2022		
	Saldo inicial	Adição	(Reversão)	Saldo inicial	Adição	(Reversão)
Operadoras de planos de assistência à saúde.....	242	1.818	(1.702)	358	-	-
Outros créditos operacionais de PSO.....	1.876	5.940	(5.252)	2.564	-	-
Outros créditos operac. prestação de SMH.....	13	594	(600)	7	-	-
	2.131	8.352	(7.554)	2.929	-	-

8. Créditos tributários e previdenciários

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Imposto de renda a compensar (a).....	32.416	27.194
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a compensar (a).....	102	121
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) (b).....	19.138	11.441
Crédito com Imposto Sobre Serviços (ISS) (c).....	5.260	5.965
Outros créditos tributários.....	371	1.371
Total circulante.....	57.287	46.092
Não circulante		
Crédito PIS e Cofins.....	534	534
IRRF sobre aplicações financeiras.....	4.844	6.818
Total não circulante.....	5.378	7.352
Total do circulante e não circulante.....	62.665	53.444

(a) Referem-se a créditos gerados por antecipações efetuadas por estimativa ao longo do ano (saldo negativo de IRPJ) e, na impossibilidade de compensação dentro do próprio exercício, esses créditos passam com os valores em aberto, sendo objeto de compensação no exercício imediatamente subsequente.

(b) Refere-se a saldo de imposto de renda sobre rendimentos de aplicação financeira.

(c) A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, desde 2003, estabeleceu uma regra específica de retenção na fonte do ISSQN, na qual o tomador dos serviços retém o tributo quando o prestador também está estabelecido na própria cidade de Belo Horizonte, independentemente da regra nacional, estabelecida na Lei Complementar nº 116/03, sendo transferida a responsabilidade tributária em casos específicos e enumerados.

9. Bens e títulos a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Empréstimos a prestadores de serviços (a).....	22.769	20.333
Adiantamento a prestadores assistenciais (b).....	108	19.307
Estoque de material de uso (c).....	45.037	59.752
Adiantamento a fornecedores(b).....	642	2.989
Adiantamento a funcionários.....	1.857	1.769
Outros créditos.....	5.858	437
Total circulante.....	76.271	104.587
Não circulante		
Outros títulos a receber.....	623	623
Antecipações a prestadores de serviços (a).....	4.585	4.718
(-) Provisão para perdas sobre créditos.....	(345)	(345)
Total não circulante.....	4.863	4.996
Total do circulante e não circulante.....	81.134	109.583

(a) Referem-se à antecipação do pagamento da prestação pelos serviços de prestadores da área médica, como clínicas, hospitais e laboratórios, que será descontado da prestação do serviço a pagar.

(b) Adiantamentos a prestadores assistenciais - R\$ 108 (R\$ 19.307 em 2022) para credenciados da Cooperativa. Valores realizáveis por meio de descontos mensais em suas produções. R\$ 642 (R\$ 2.989 em 2022) correspondem à antecipação financeira do programa de qualificação no qual será descontado em 2023.

(c) De forma estratégica, diante das oscilações e instabilidade no fornecimento de insumos hospitalares, desde 2020 a Unimed-BH ampliou o seu Centro de Distribuição saindo de uma área de 700 m² para 3.200 m², trabalhando de forma preventiva para que não tivesse nenhum desabastecimento da sua rede própria.

10. Conta corrente com cooperados

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos ativos		
Adiantamento a cooperados (a).....	29.288	27.863
Total ativo circulante.....	29.288	27.863
Saldos passivos		
Conta corrente com cooperados.....	605	1.954
Total passivo circulante.....	605	1.954

(a) Refere-se às contribuições efetuadas pela Unimed-BH a entidades culturais para utilização dos benefícios permitidos pela Lei nº 8.313 (Lei Rouanet), que são descontados do pagamento da produção médica dos cooperados no exercício subsequente.

11. Investimentos

	31/12/2023	31/12/2022
Avaliados pelo MEP		
UNIO Soluções em Tecnologia Ltda. (a).....	9.614	9.399
Unimed Participações S.A. (b).....	269.999	233.241
Unimed Seguradora S.A. (c).....	41.863	35.922
Instituto Materno Infantil de Minas Gerais S.A. (d).....	274	3.606
Ágio Instituto Materno Infantil de Minas Gerais S.A. (d).....	28.002	28.002
	349.752	310.170
Avaliadas pelo Custo de Aquisição		
Central Nacional Unimed (e).....	7.979	7.367
Federação Interfederativa das Coop. de Trabalho Médico (e).....	24.430	21.390
Credicom Ltda. (e).....	11.452	8.869
Fundo Mútuo de Participações (e).....	12.605	10.446
Outros investimentos (Cooperativas) (e).....	2.536	2.373
	59.002	50.445
Imóveis destinados à renda (f).....	85.581	19.922
Total dos investimentos.....	494.335	380.537

Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico

Unimed

Belo Horizonte

8/12

ANS - Nº 34.388-9

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

(a) A Cooperativa possui 20% das quotas de participação da UNIO Soluções em Tecnologia Ltda., tendo objeto social da Sociedade a criação, implantação e operação de soluções de sistemas de informação; o licenciamento e a cessão dos direitos de uso de programas de computadores; e o treinamento e consultoria para a implementação e operação de seus produtos e serviços.

(b) A Cooperativa tem participação acionária de 15,28% na Unimed Participações S/A, holding do Sistema Unimed e controladora das empresas Unimed Seguradora, Unimed Administração e Serviços e Unimed Corretora. A Unimed Participações S/A dedica-se a representar os interesses das cooperativas e do Sistema Unimed perante as controladas na condução dos negócios.

(c) Investimentos na participação acionária da Unimed Seguradora S.A. totalizam 1,98% de participação. A Unimed Seguradora S.A., sociedade de capital fechado, dedica-se à negociação de seguros, sujeita à fiscalização da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), órgão subordinado ao Ministério da Fazenda.

A diferença entre o valor lançado como MEP e o valor do resultado apurado na investida se refere ao registro de eventos de exercícios anteriores que não foram possíveis de obter na data de fechamento das demonstrações contábeis.

(d) Em 15/12/2022, a Cooperativa adquiriu 15% de participação no Instituto Materno Infantil de Minas Gerais S.A., com sede no município de Nova Lima/MG, tendo por objetivo as atividades de atendimento hospitalar, pronto-socorro e atendimento de urgências; assessoria à gestão hospitalar; desenvolvimento de atividades científicas e de formação médica; locação ou sublocação de sua área físico-estrutural necessária à prestação de serviços complementares à prestação de serviço médico-hospitalar e assistência à saúde humana.

A transferência efetiva das ações formalizou-se pela ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2022, atribuindo o valor de R\$ 31.608, nos quais R\$ 2.550 foram efetivados por meio de transferência bancária e R\$ 29.058 mediante valor estipulado no contrato de credenciamento entre as partes pelo período de cinco anos. A alocação do preço de aquisição e a mensuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) foram registradas em 2022, e o valor do investimento foi ajustado pelo MEP em 2023 conforme tabela demonstrada a seguir.

(e) Em 2023, houve aumento do investimento referente à incorporação de sobras e juros sobre capital no valor de R\$ 8.557 (R\$ 4.672 em 2022). A tabela a seguir apresenta um resumo das informações financeiras do investimento na Unimed:

	31/12/2023			
	UNIO Soluções em Tecnologia Ltda. (a)	Unimed Participações S/A (b)	Unimed Seguradora S.A. (c)	Instituto Materno Infantil de MG (d)
Parcela do balanço da Coligada				
Ativo circulante.....	4.452	108.987	2.376.813	54.936
Ativo não circulante.....	47.044	1.766.938	2.178.886	232.881
Passivo circulante.....	3.426	108.576	464.861	124.010
Passivo não circulante.....	-	404	1.975.188	161.981
Patrimônio líquido.....	48.070	1.766.945	2.115.650	1.826
Receita.....	18.542	290.885	848.778	203.180
Lucro (prejuízo) líquido.....	(7.017)	271.090	349.378	(22.213)
Valor contábil do investimento.....	9.614	269.999	41.863	28.276
Equivalência patrimonial.....	(1.464)	30.977	5.941	(3.332)

	31/12/2022			
	UNIO Soluções em Tecnologia Ltda. (a)	Unimed Participações S/A (b)	Unimed Seguradora S.A. (c)	Instituto Materno Infantil de MG (d)
Parcela do balanço da Coligada				
Ativo circulante.....	3.003	82.031	2.122.107	46.675
Ativo não circulante.....	45.759	1.511.121	1.922.240	192.371
Passivo circulante.....	1.767	32.173	430.035	56.376
Passivo não circulante.....	-	79	1.798.919	158.631
Patrimônio líquido.....	46.995	1.560.900	1.815.393	24.038
Receita.....	18.468	183.460	766.444	180.092
Lucro (prejuízo) líquido.....	(3.615)	166.680	216.765	(19.606)
Valor contábil do investimento.....	9.399	233.241	35.922	3.606
Equivalência patrimonial.....	(623)	28.065	3.488	-

Tabela de movimentação do grupo de investimento:

	31/12/2022					31/12/2023					
	Saldo inicial	Adições	Baixas	MEP	Provisão para perda	Saldo inicial	Adições	Baixas	MEP	Provisão para perda	Saldo final
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial											
UNIO Soluções em Tecnologia (a).....	9.399	1.679	-	(1.464)	-	9.614					
Unimed Participações S/C Ltda. (b).....	233.241	5.781	-	30.977	-	269.999					
Unimed Seguradora S.A. (c).....	35.922	-	-	5.941	-	41.863					
Instituto Materno Infantil de Minas Gerais (d).....	31.608	-	-	(3.332)	-	28.276					
	310.170	7.460	-	32.122	-	349.752					

	31/12/2022					31/12/2023					
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Equalização sobras/juros	Provisão para perda	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Equalização sobras/juros	Provisão para perda	Saldo final
Investimentos registrados a custo											
Central Nacional Unimed.....	7.367	-	-	612	-	7.979					
Unimed Odonto.....	10.446	-	-	2.159	-	12.605					
Federação Interf. das Coop. de Trabalho Médico (e).....	21.390	-	-	3.040	-	24.430					
Credicom Ltda. (e).....	8.869	-	-	2.583	-	11.452					
Outros investimentos (e).....	2.373	-	-	163	-	2.536					
	50.445	-	-	8.557	-	59.002					

	31/12/2021					31/12/2022					
	Saldo inicial	Adições	Baixas	MEP	Provisão para perda	Saldo inicial	Adições	Baixas	MEP	Provisão para perda	Saldo final
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial											
UNIO Soluções em Tecnologia (a).....	9.029	993	-	(623)	-	9.399					
Unimed Participações S/C Ltda. (b).....	202.134	3.042	-	28.065	-	233.241					
Unimed Seguradora S.A. (c).....	31.146	1.288	-	3.488	-	35.922					
Instituto Materno Infantil de Minas Gerais (d).....	-	31.608	-	-	-	31.608					
	242.309	36.931	-	30.930	-	310.170					

	31/12/2021					31/12/2022					
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Equalização sobras/juros	Provisão para perda	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Equalização sobras/juros	Provisão para perda	Saldo final
Investimentos registrados a custo											
Central Nacional Unimed.....	7.367	-	-	-	-	7.367					
Unimed Odonto.....	10.446	-	-	-	-	10.446					
Federação Interf. das Coop. de Trabalho Médico (e).....	18.970	-	-	2.420	-	21.390					
Credicom Ltda. (e).....	6.790	-	-	2.079	-	8.869					
Outros investimentos (e).....	2.200	-	-	173	-	2.373					
	45.773	-	-	4.672	-	50.445					

(a) Correspondem a imóveis destinados à renda:

	Imóveis destinados à renda	
	2023	2022
Custo de aquisição		
Terrenos à renda.....	76.107	10.078
Edificações à renda.....	20.226	20.226
(-) Depreciação acumulada		
(-) Depreciação edificações à renda.....	(10.752)	(10.382)
	85.581	19.922

Movimentação do grupo "Imóveis destinados à renda":

	31/12/2022			31/12/2023		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo inicial	Adições	Baixas
Imóveis destinados à renda						
Terrenos à renda (i).....	10.078	69.680	(3.651)	76.107	-	-
Edificações à renda.....	20.226	-	-	20.226	-	-
(-) Depreciação edificações à renda.....	(10.382)	(370)	-	(10.752)	-	-
	19.922	69.310	(3.651)	85.581	-	-

	31/12/2021			31/12/2022		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo inicial	Adições	Baixas
Imóveis destinados à renda						
Terrenos à renda.....	10.078	-	-	10.078	-	-
Edificações à renda.....	20.226	-	-	20.226	-	-
(-) Depreciação edificações à renda.....	(9.810)	(572)	-	(10.382)	-	-
	20.494	(572)	-	19.922	-	-

(i) Valor transferido da conta de imobilizado.

Conforme determinação do órgão regulador, a qual veda às operadoras de planos privados de assistência à saúde a modificação do custo de aquisição do seu "Ativo Imobilizado", bem como das "Propriedades para investimento", os valores desses bens são mantidos a custo de aquisição.

Os valores das receitas de aluguel relacionadas aos imóveis destinados à renda correspondem a R\$ 13.016 (R\$ 5.762 em 2022).

12. Imobilizado

	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos.....	141.085	-	141.085	210.765	-	210.765
Edificações.....	660.230	(120.027)	540.203	553.922	(120.027)	433.895
Máquinas e equipamentos.....	154.702	(77.403)	77.299	82.161	(77.403)	4.758
Equipamentos de computação.....	27.278	(20.374)	6.904	9.391	(20.374)	(13.983)
Instalações.....	27.991	(13.158)	14.833	16.396	(13.158)	3.238
Móveis e utensílios.....	26.279	(14.086)	12.193	14.578	(14.086)	472
Veículos.....	6.272	(2.774)	3.498	3.992	(2.774)	1.218
Benefeitorias em imóveis de terceiros.....	1.905	(993)	912	1.050	(993)	57
Imobilizado em construção.....	18.673	-	18.673	3.366	-	3.366
Direito de uso de arrendamento.....	1.688	(1.167)	521	453	(1.167)	(714)
	1.066.103	(249.982)	816.121	896.074	(249.982)	646.092

Demonstramos a seguir a movimentação dos saldos relativos ao ativo imobilizado no exercício de 2023 e 2022:

	31/12/2022					31/12/2023					
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Outros (i)	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Outros (i)	Saldo final
Terrenos.....	210.765	-	-	-	(69.680)	141.085					
Edificações.....	660.230	-	-	-	-	660.230					
Máquinas e equipamentos.....	154.668	6.555	(7.399)	878	-	154.702					
Equipamentos de computação.....	36.579	433	(9.749)	15	-	27.278					
Instalações.....	27.991	-	-	-	-	27.991					
Móveis e utensílios.....	29.144	618	(3.516)	33	-	26.279					
Veículos.....	6.272	-	-	-	-	6.272					
Benefeitorias em imóveis de terceiros.....	1.905	-	-	-	-	1.905					
Imobilizado em construção (a).....	3.366	16.233	-	(926)	-	18.673					
Direito Uso de arrendamento.....	999	689	-	-	-	1.688					
	1.131.919	24.528	(20.664)	-	(69.680)	1.066.103					
Depreciação edificações.....	(106.308)	(13.719)	-	-	-	(120.027)					
Depreciação máquinas e equipamentos.....	(72.507)	(9.784)	4.888	-	-	(77.403)					
Depreciação equipamentos de computação.....	(27.188)	(2.490)	9.304	-	-	(20.374)					
Depreciação instalações.....	(11.595)	(1.563)	-	-	-	(13.158)					
Depreciação móveis e utensílios.....	(14.566)	(1.733)	2.213	-	-	(14.086)					
Depreciação veículos.....	(2.280)	(494)	-	-	-	(2.774)					
Depreciação benefeitorias em imóveis de terceiros.....	(855)	(138)	-	-	-	(993)					
Direito Uso de arrendamento.....	(546)	(621)	-	-	-	(1.167)					
	(235.845)	(30.542)	16.405	-	-	(249.982)					
	896.074	(6.014)	(4.259)	-	(69.680)	816.121					

(i) Transferência para investimentos.

	31/12/2021					31/12/2022					
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Outros	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Outros	Saldo final
Terrenos.....	210.765	-	-	-	-	210.765					
Edificações.....	660.230	-	-	-	-	660.230					
Máquinas e equipamentos.....	151.839	3.481	(668)	16	-	154.668					
Equipamentos de computação.....	35.846	621	(282)	394	-	36.579					
Instalações.....	27.991	-	-	-	-	27.991					
Móveis e utensílios.....	28.928	357	(141)	-	-	29.144					
Veículos.....	6.987	-	(715)	-	-	6.272					
Benefeitorias em imóveis de terceiros.....	1.905	-	-	-	-	1.905					

Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico

Unimed

Belo Horizonte

9/12

ANS - Nº 34.388-9

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

13. Intangível

	2023		2022	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Aquisição de carteiras de OPS.....	2.200	(1.907)	293	733
Software	116.104	(96.459)	19.645	19.987
Marca Hospital Infantil São Camilo	2.906	(1.017)	1.889	2.034
Acordo de não competitividade	2.032	(2.032)	-	-
Ágio sobre rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) do Hospital Infantil São Camilo	19.750	-	19.750	19.750
	142.992	(101.415)	41.577	42.504

Demonstramos a seguir a movimentação dos saldos relativos ao ativo intangível no exercício de 2022 e 2021:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Adições/transferência	Baixas	Adições/transferência	Baixas
Aquisição de carteiras de OPS.....	2.200	-	2.200	-
Softwares (a)	112.357	(4)	103.631	(454)
Marca - Hospital Infantil São Camilo.....	2.906	-	2.906	-
Acordo de não competitividade	2.032	-	2.032	-
Ágio sobre rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) da aquisição do Hospital Infantil São Camilo	19.750	-	19.750	-
	139.245	(4)	130.519	(454)
Amortização aquisição da carteira	(1.467)	-	(1.027)	-
Amortização software	(92.370)	-	(85.889)	406
Amortização da marca Hospital Infantil São Camilo.....	(872)	-	(726)	-
Amortização do acordo de não competição	(2.032)	-	(2.032)	-
	(96.741)	(4.674)	(89.674)	(406)
	42.504	(923)	40.845	(48)

	31/12/2022		31/12/2021	
	Adições/transferência	Baixas	Adições/transferência	Baixas
Aquisição de carteiras de OPS.....	2.200	-	2.200	-
Softwares (a)	103.631	(454)	103.631	(454)
Marca - Hospital Infantil São Camilo.....	2.906	-	2.906	-
Acordo de não competitividade	2.032	-	2.032	-
Ágio sobre rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) da aquisição do Hospital Infantil São Camilo	19.750	-	19.750	-
	130.519	(454)	130.519	(454)
Amortização aquisição da carteira	(1.027)	-	(1.027)	-
Amortização software	(85.889)	406	(85.889)	406
Amortização da marca Hospital Infantil São Camilo.....	(726)	-	(726)	-
Amortização do acordo de não competição	(2.032)	-	(2.032)	-
	(89.674)	(406)	(89.674)	(406)
	40.845	(48)	40.845	(48)

(a) As adições dos softwares estão relacionadas a projetos de desenvolvimento interno e licenças de uso em geral.

14. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de benefícios de remissão concedido.....	38.736	37.723
Provisão de eventos a liquidar para SUS (a).....	204.026	195.127
Eventos a liquidar (b).....	350.304	315.207
Eventos ocorridos e não avisados PEONA - outros prestadores (c).....	163.040	138.166
Eventos ocorridos e não avisados PEONA - SUS (c).....	22.253	19.334
Outras provisões técnicas (d).....	99.748	82.371
Total (e).....	878.107	787.928
Total circulante.....	620.920	541.206
Total não circulante.....	257.187	246.722

a) Provisão de eventos a liquidar - SUS

A provisão do SUS, conforme artigo 32 da Lei nº 9656/98, trata do ressarcimento pelas operadoras, de acordo com normas definidas pela ANS, dos serviços de atendimento à saúde previstos nos respectivos contratos prestados a seus consumidores e respectivos dependentes em instituições públicas ou privadas, conveniadas ou contratadas, integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 30 de setembro de 2011, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou a Instrução Normativa (IN) nº 5, que determinou a classificação integral dos montantes provisionados para esses eventos no passivo circulante, independentemente do prazo estimado de liquidação.

A partir de 2016, para os valores que estão garantidos por depósitos judiciais, os registros estão contabilizados como passivo não circulante, em conformidade com o Órgão Regulador. Os valores correspondentes a esses depósitos somam em 2023 a quantia de R\$ 151.219 (R\$ 156.274 em 2022).

Em 10/11/2020, foi assinado Protocolo de Intenções entre a Cooperativa, a ANS e a Procuradoria-Geral Federal (PGF) com a intenção de que ambas as partes adotem medidas a fim de encerrar os processos em curso, referentes ao Ressarcimento ao SUS.

b) Provisão de eventos a liquidar de operações com assistência à saúde

A provisão de eventos a liquidar, regulamentada pela RN 574/23, é constituída para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade retida pela operadora, observados os seguintes critérios:

• O registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

• A identificação da ocorrência da despesa médica será entendida como qualquer tipo de comunicação estabelecida entre o prestador ou o beneficiário e a própria operadora, ou terceiro que preste serviço de intermediação de recebimento de contas médicas à operadora, que evidencie a realização de procedimento assistencial a beneficiário da operadora.

c) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - Outros Prestadores (PEONA)

A prática contábil para constituição da PEONA está descrita na Nota Explicativa nº 3.4, itens "b" e "c".

d) Outras provisões técnicas

A provisão de benefícios de remissão a conceder, por ser não obrigatória, constitui o grupo "Outras provisões técnicas" e teve metodologia de cálculo, com contabilização imediata, aprovada pela ANS em 2017 de acordo com o Ofício nº 341/2017/COAOP/GEAOP/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

e) Ativos garantidores das provisões técnicas

Regulada pela RN 521/22, o registro de vinculação de ativos para garantir as provisões técnicas e a custódia de títulos mobiliários estão a seguir demonstrados:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões técnicas com ativos garantidores		
Provisões técnicas vinculadas		
Provisão de benefícios de remissão concedido (circulante)	15.877	14.911
Provisão de benefícios de remissão concedido (não circulante).....	22.859	22.812
Provisão de eventos a liquidar para SUS (circulante).....	44.382	30.560
Provisão de eventos a liquidar para SUS (não circulante).....	151.219	156.274
Eventos a liquidar	30.531	10.288
PEONA	163.040	138.166
PEONA - SUS.....	22.253	19.334
Provisão de benefício de remissão a conceder (circulante)	16.639	14.735
Provisão de benefício de remissão a conceder (não circulante).....	83.109	67.636
Total das provisões técnicas vinculadas as garantias financeiras	549.909	474.716
Provisões técnicas com lastro de aplicação financeiras		
Eventos a liquidar (i).....	264.680	304.802
Débitos últimos 60 dias por meio de corresponsabilidade (inciso VI, § 1º do artigo 2º da RN 521, de 2022) (ii)....	-	117
Débitos de eventos contabilizados e ainda não pagos de operações de planos em preço pós-estabelecido com contrapartida de créditos a receber de contraprestações pecuniária de operações de planos em preço pós-estabelecido (ii)	55.093	-
Provisão de eventos a liquidar SUS (débitos prescritos)	8.425	8.293
Total das provisões técnicas.....	878.107	787.928
Ativos garantidores.....		
Garantia em imóveis (iii)	135.750	138.955
Aplicações financeiras garantidoras (iv) (circulante e não circulante)	675.512	683.017
Depósito judicial SUS (Nota 17)	151.219	156.274
Total dos ativos garantidores	962.481	978.246

(i) Corresponde à parcela que visa ao lastro do saldo de provisão de eventos a liquidar no qual os valores se encontram em aberto e que tenham sido avisados nos últimos 30 dias, conforme os critérios de reconhecimento contábil dispostos na regulamentação específica vigente.

(ii) RN 521, artigo 2º, § único, inciso VI, com efeito da redação dada pela RN nº 573 de 28/02/2023.

(iii) Adicionalmente, em 2012, a Cooperativa encaminhou as certidões de ônus de alguns imóveis de sua propriedade, visando à sua vinculação às provisões técnicas da ANS. Houve deferimento por meio do ofício encaminhado pela ANS nº 171/2013/GGAME(GEHAIE)/DIOPE/ANS datado de 31 de janeiro de 2013.

Em 04/07/2022 a Cooperativa fez petição eletrônica para vincular novo imóvel hospital situado na Av. Churchill, 36 - Santa Efigênia - Belo Horizonte/MG, no qual foi aprovado por meio do Ofício nº 259/2022/CESME/GEHAIE/GGAME/DIOPE/ANS em 11/07/2022.

(iv) Em atendimento à Resolução Normativa nº 521/22 da ANS, a Operadora mantém ativos garantidores em aplicações financeiras em contas específicas.

f) Teste de adequação do passivo

A RN nº 528/2022 da ANS regulamenta para as operadoras de grande porte, que passe a informar em notas explicativas a realização do Teste de Adequação de Passivo - TAP. Referido teste consiste em estimar o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de planos de saúde na modalidade de pré-pagamento.

A operadora realizou o TAP atendendo às seguintes diretrizes:

- (i) Agrupamento de contratos similares: (i) individual, (ii) coletiva empresarial, (iii) coletiva por adesão e (iv) corresponsabilidade assumida;
- (ii) Horizonte da projeção do fluxo de caixa: 8 anos limitada à data de vencimento dos contratos;
- (iii) Base de dados: experiência da operadora para custo, receita e cancelamento por indivíduo;
- (iv) Tábua biométrica: BR-EMSSb-v.2021;
- (v) Projeção da receita: contraprestações evoluídas por beneficiário vide previsão contratual de reajuste por faixa etária e, no caso dos contratos individuais, para o primeiro ano de projeção, considerou o último reajuste anual fixado em 9,13% ao ano, de acordo com o Índice Máximo de Reajuste Anual das Contraprestações Pecuniárias dos Planos Privados de Assistência à Saúde, Individuais ou Familiares (IRPI) apurado pela ANS. Para os demais períodos de projeção uma estimativa futura para tal índice apurada internamente pela operadora (8,97%) de acordo com a metodologia padrão ANS;
- (vi) Projeção do custo: a partir da experiência da operadora foram simulados custos assistenciais por faixa etária, via simulação de Monte Carlo, sendo, no caso dos contratos individuais, evoluídos anualmente considerando uma inflação médica igual a 12,28% e calculada a partir da aplicação conjunta dos seguintes fatores 1 - (6,74%) Expectativa de inflação real a partir da apuração da média do Índice de Valor das Despesas Assistenciais (IVDA) de 2018, 2019 e 2020 da Unimed-BH, desconsiderando do seu cálculo o Fator de Ganhos de Eficiência (FGE), e 2 - (5,19%) Média da inflação implícita da curva de juros futura (ETTJ - ANBIMA) para o período de oito anos.
- (vii) Estimativa corrente do fluxo de caixa: fluxo de caixa descontado a valor presente com base na ETTJ livre de risco prefixada definidas pela ANBIMA.

O fluxo de caixa corrente foi estimado não havendo insuficiências estimadas para quaisquer agrupamentos.

15. Tributos e encargos sociais a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ/CSLL a recolher.....	2.614	3.870
ISSQN a recolher.....	10.691	5.875
INSS, IRRF e FGTS sobre folha de pagamento	15.723	14.495
Cofins e PIS.....	3.941	4.067
IR retido na fonte (i)	117.121	114.363
INSS retido de terceiros a recolher.....	6.017	5.665
Outros	8.482	7.329
Total	164.589	155.664

(i) Trata-se, substancialmente, de retenções na fonte sobre a folha de pagamentos de médicos cooperados.

16. Outros débitos a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações com pessoal (a)	59.306	66.147
Fornecedores (b)	61.433	69.548
Depósitos de beneficiários de terceiros.....	1.421	2.294
Passivo de arrendamentos - valor presente	689	683
Outros débitos a pagar	1.177	922
Total	124.026	139.594
Circulante.....	123.804	139.328
Não Circulante	222	266

(a) Refere-se a valores a pagar de obrigações com pessoal juntamente com os valores de provisões de férias, 13º salário e encargos.

(b) Obrigações com fornecedores de materiais e serviços não relacionados com operação de plano de saúde.

17. Provisões judiciais

A Cooperativa registrou provisões, as quais envolvem considerável possibilidade de julgamento por parte dos órgãos responsáveis, para riscos tributários, trabalhistas e cíveis para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui

Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico

Unimed

Belo Horizonte

10/12

ANS - Nº 34.388-9

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Cooperativa revisa suas estimativas e considera as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a esses processos. Abaixo demonstramos o montante das provisões constituídas e os respectivos montantes depositados em juízo:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão
Processos com depósitos judiciais				
Cofins sobre ato cooperativo (a).....	241.554	238.614	235.260	232.215
PIS sobre ato cooperativo (a).....	40.759	40.025	39.736	38.985
ISSQN.....	122.360	102.313	108.625	92.983
Taxa Suplementar de Saúde - ANS.....	73.049	42.423	66.381	37.729
Trabalhista (b).....	5.400	25.533	4.779	23.222
SUS.....	151.219	-	156.274	-
Outros.....	10.827	-	11.075	92
	645.168	448.908	622.130	425.226
Processos sem depósitos judiciais				
PIS (a).....	-	8.549	-	8.255
Cíveis.....	-	52.824	-	45.638
Tributários.....	-	26.654	-	26.936
Outros.....	-	36.550	-	34.274
	-	124.577	-	115.103
	645.168	573.485	622.130	540.329

Demonstramos a seguir a movimentação dos saldos relativos aos depósitos judiciais e provisões para riscos no exercício de 2023:

	Depósitos judiciais			
	31/12/2022	Adição	Baixa	31/12/2023
Cofins sobre ato cooperativo (a).....	235.260	6.294	-	241.554
PIS sobre ato cooperativo (a).....	39.736	1.023	-	40.759
ISSQN.....	108.625	13.735	-	122.360
Taxa Suplementar de Saúde - ANS.....	66.380	6.669	-	73.049
Trabalhista.....	4.779	1.960	(1.339)	5.400
SUS.....	156.275	241	(5.297)	151.219
Outros.....	11.075	1.963	(2.211)	10.827
	622.130	31.885	(8.847)	645.168

A Contrapartida do depósito judicial SUS está sendo mencionada na Nota 14 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde.

	Provisões judiciais			
	31/12/2022	Adição	Baixa	31/12/2023
Processos com depósitos judiciais				
Cofins sobre ato cooperativo (a).....	232.215	6.399	-	238.614
PIS sobre ato cooperativo (a).....	38.986	1.039	-	40.025
ISSQN.....	92.983	9.330	-	102.313
Taxa Suplementar de Saúde - ANS.....	37.728	4.695	-	42.423
Trabalhista (b).....	23.222	7.025	(4.714)	25.533
Outros.....	92	-	(92)	-
	425.226	28.488	(4.806)	448.908
Processos sem depósitos judiciais				
PIS (a).....	8.255	294	-	8.549
Cíveis.....	45.638	12.818	(5.632)	52.824
Tributários.....	26.936	563	(845)	26.654
Outros.....	34.274	2.276	-	36.550
	115.103	15.951	(6.477)	124.577
	540.329	44.439	(11.283)	573.485

As principais provisões constituídas estão abaixo listadas:

a) Fiscais

PIS e Cofins sobre ato cooperativo

A Receita Federal considera, para efeito da tributação do IR e da CSLL, que as sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica não terão incidência desses tributos sobre suas atividades econômicas, de proveito comum, sem objetivo de lucro, mais especificamente sobre os atos cooperativos praticados, não sendo, a princípio, extensivo esse entendimento para o PIS e a Cofins. Foram impetrados os Mandados de Segurança nº 0035688-41.1999.4.01.3800 (Cofins) e 0035687-56.1999.4.01.3800 (PIS) visando a suspender a exigibilidade desses dois tributos, quando da pretensão da Receita Federal em efetuar a tributação sobre o resultado do ato cooperativo principal. Os valores estão sendo depositados em juízo e devidamente provisionados pelo fato de serem considerados uma obrigação legal.

b) Trabalhistas

As principais provisões trabalhistas constituídas referem-se à ação interposta por um Sindicato de BH, processo este julgado procedente em 1ª instância, atualmente aguardando julgamento de Recurso Extraordinário, cujo montante atualizado corresponde a R\$ 1.722 e demais ações de colaboradores e terceiros prestadores de serviços.

c) Processos avaliados com risco de perda possível

A Cooperativa responde por ações de natureza tributária, cível e trabalhista, cujo desfecho é considerado como perda possível e, assim, nenhuma provisão foi constituída. O montante total das ações classificadas como perda possível, objeto de atualização no exercício de 2023, monta R\$ 541.241 (R\$ 516.840 em 2022), correspondente a processos trabalhistas, cíveis e outros, avaliados como perda possível por nossos advogados correspondente a 23.945 pedidos (16.258 em 2022).

As obrigações legais estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, independente do julgamento da perda, uma obrigação originada em só poderá ser tratada como remota ou possível se houver um fato específico que suporte esse julgamento, por exemplo, uma jurisprudência pacificada.

d) Ativos contingentes

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Cooperativa não reconhece em seu balanço ativos contingentes. Conforme aquele pronunciamento, os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode se tratar de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

Lei Complementar nº 157/2016

Em 02/06/2023, foi encerrado o julgamento da ADI nº 5.835 e do ADPF nº 499/DF, pelo Supremo Tribunal Federal, com a declaração de inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei Complementar nº 157/2016, que em seu artigo 3º, inciso XXIII, deslocou a competência para a tributação dos serviços das operadoras de planos de saúde pelo ISSQN para o local do domicílio do tomador de serviços.

Referida decisão confirmou a medida cautelar anteriormente concedida, de forma que o ISSQN volta a ser devido nos termos da regra geral do artigo 3º, caput da Lei Complementar 116/2003, ou seja, no local do estabelecimento prestador.

A Cooperativa ajuizou seis ações para discutir o tema, nas quais foram realizados depósitos judiciais. Com o trânsito em julgado da ADIN, os depósitos foram paralisados e o ISS passou a ser integralmente recolhido ao Município de Belo Horizonte. Aguarda-se o encerramento das ações e a destinação dos depósitos judiciais a quem de direito.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social pertencente a 5.208 cooperados (5.196 em 2022) é limitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a R\$ 122, sendo dividido em quotas-partes de valor unitário igual de R\$ 10,00 (dez reais).

A quota-parte é indivisível, intransferível mesmo entre associados, não podendo ser negociada de modo algum, nem dada em garantia, e todo o seu movimento de subscrição, realização e restituição será sempre escriturado no Livro de Matrícula.

Ao ser admitido na Cooperativa, o associado deverá subscrever, no mínimo, 12.213 quotas-partes no valor correspondente a R\$ 122, e não serão atribuídos juros ao capital social a integralizar.

Juros sobre o capital social

Na Assembleia Geral Extraordinária de 4 de dezembro de 2013, ficou estabelecido que a Cooperativa vai remunerar o capital social em 12%, incorporando o valor ao próprio capital social. No entanto, a Lei nº 5.764/71, no §3º, do artigo 24, veta as cooperativas distribuírem qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros, excetuando-se os juros até o máximo de 12% (doze por cento) ao ano, que incidirão sobre a parte integralizada. De acordo com a previsão estatutária, a Cooperativa poderá atribuir juros ao capital social integralizado, atendendo à legislação em vigor. Dessa forma, por deliberação da diretoria executiva foram incorporados ao capital social 12% sobre as quotas-partes integralizadas no montante de R\$ 65.481 (R\$ 62.004 em 2022) através de juros sobre capital social.

Diferentemente das Sociedades Anônimas em relação aos Juros Sobre o Capital Próprio, previstos no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, calculados sobre o patrimônio líquido e que possui característica de dividendos, em que a CVM orienta a reversão do valor na última linha do resultado conforme deliberação CVM nº 207, de 13 de dezembro de 1996, não há previsão para reversão dos juros sobre o capital social das cooperativas, que por sua vez não têm a característica de pagamento de dividendos, uma vez que as sociedades cooperativas apenas são autorizadas a atualizarem o valor do capital social até o limite de 12% ao ano, mas não podem, de forma alguma, distribuir dividendos. Se, porventura, vierem a ter sobras, de acordo com o artigo 4º, inciso VII da Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas do exercício deverão retornar, proporcionalmente, às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral.

Dessa forma, a Cooperativa registrou os juros sobre o capital social à conta de despesas financeiras e incorporou o valor líquido dos efeitos tributários à cota capital de cada cooperado, atualizando-as em 12%.

b) Reservas e fundos

O Fundo de reserva legal é constituído através da destinação de 10% das sobras líquidas dos atos cooperativos principais verificadas no encerramento de cada exercício, bem como da reversão dos créditos não reclamados no prazo de cinco anos, de auxílios e doações sem destinação especial e destina-se a suprir eventuais perdas e atender ao desenvolvimento das atividades sociais, sendo indivisível entre os cooperados. Nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa, ela deverá realizar o ativo social para saldar o passivo e reembolsar os associados de suas quotas-partes, destinando o remanescente, inclusive o dos fundos indivisíveis, ao Banco do Brasil, conforme previsto no inciso VI do artigo 68 da Lei nº 5.764/71 e Lei nº 8.029/90.

O Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates) é constituído através da destinação de 5% das sobras líquidas do exercício dos atos cooperativos principais e pelo resultado apurado nos atos cooperativos auxiliares e não cooperativos. O Fundo é indivisível e destina-se à prestação de assistência aos cooperados e seus dependentes legais e aos empregados da Cooperativa. No caso de liquidação e dissolução da Cooperativa, o referido Fundo terá destinação que for aprovada em Assembleia Geral.

Foram destinados no exercício de 2023, com recursos do Fates, o montante de R\$ 164.628 (R\$ 260.534 em 2022), que se refere a pagamentos para entidades de classe de médicos cooperados, e pagamentos de plano de previdência complementar no montante de R\$ 150.000 (R\$ 250.000 em 2022) para os médicos cooperados, conforme item "c) Previdência complementar" adiante.

O Fundo Pró-Família é constituído através da destinação de um percentual das sobras líquidas a ser fixado pela Assembleia Geral, bem como através de outras destinações determinadas pela Assembleia Geral Ordinária dos cooperados.

O Fundo Pró-Família destina-se ao pagamento de benefício aos herdeiros do médico cooperado falecido ou ao próprio médico cooperado que, respeitadas as normas e os critérios definidos no Estatuto e Regimento Interno da Cooperativa, aprovado pelo Conselho de Administração, requerer sua demissão da Cooperativa em virtude da sua idade e do tempo de cooperativa ou em decorrência de aposentadoria por invalidez permanente.

c) Previdência complementar

Em 2008, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, foi implantado um plano de previdência complementar para os médicos cooperados da Cooperativa, estruturado na modalidade de Contribuição Definida, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS. Em 2013, foi aprovada a transferência do plano para o Unimed Fundo de Pensão Multipatrocinado que teve a aprovação pela Previc em 2014. Os aportes compreendem o valor de R\$ 150.000 (R\$ 250.000 em 2022).

A Unimed-BH tem como compromisso assumido em Assembleia a revisão da continuidade do administrador do plano de previdência privada a cada cinco anos. O objetivo é validar a segurança e a rentabilidade dos recursos; avaliar a qualidade do atendimento e da prestação de serviços e identificar as oportunidades do mercado para portabilidade.

Existe solidariedade entre eles e entre suas respectivas patrocinadoras ou instituidoras.

d) Recomposição do resultado

Os efeitos dos gastos relativos ao Fates estão registrados em despesas administrativas conforme Nota Explicativa nº 23, em atendimento ao ITG2004. A anulação dos efeitos desses registros, transitando por resultado, mas tendo como origem os recursos do fundo do Fates, estão sendo apresentados conforme tabela a seguir, em atendimento à Lei nº 5.764/71, que define a política nacional de Cooperativismo:

	2023				2022			
	Atos cooperativos		Ato não cooperativo		Atos cooperativos		Ato não cooperativo	
	Principais	Auxiliares	Total	Total	Principais	Auxiliares	Total	Total
Sobras líquidas do exercício.....	(49.057)	114.244	268.640	333.827	(106.542)	150.610	273.401	317.469
(+/-) Ajustes no resultado								
(+) Reversão do Fates.....	164.628	-	-	164.628	260.534	-	-	260.534
(+/-) Realização da reserva de reavaliação.....	327	32	74	433	414	51	92	557
(+/-) Reversão Fundo Concorrencial.....	2.460	1.852	120	4.432	137	96	6	239
(=) Saldo a destinar.....	118.358	116.128	268.834	503.320	154.543	150.757	273.499	578.799
(-) Fundo de reserva 10%.....	(11.836)	-	-	(11.836)	(15.454)	-	-	(15.454)
(-) Fates estatutário 5%.....	(5.918)	-	-	(5.918)	(7.728)	-	-	(7.728)
(-) Fates - resultado com não associados.....	-	(116.128)	(268.834)	(384.962)	-	(150.757)	(273.499)	(424.256)
Sobras (perdas) à disposição AGO.....	100.604	-	-	100.604	131.361	-	-	131.361

19. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da taxa efetiva

A reconciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social, incidentes sobre os atos auxiliares e não cooperativos, no resultado dos exercícios, compreendendo suas alíquotas nominais e efetivas, pode ser demonstrada seguinte forma:

	31/12/2023		31/12/2022	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações.....	497.291	497.291	503.118	503.118
Participação nas sobras.....	(16.832)	(16.832)	(11.865)	(11.865)
Resultado antes da tributação.....	480.459	480.459	491.253	491.253
IR/CS.....	120.115	43.241	122.813	44.213
Resultado do ato cooperativo (i).....	12.264	4.415	26.635	9.589
Juros sobre capital social cooperado (ii).....	(22.520)	-	(21.330)	-
Inovação tecnológica.....	(576)	(207)	(178)	(64)
Outras.....	(8.458)	(1.642)	(6.953)	(941)
Base de cálculo.....	100.825	45.807	120.987	52.797
IR/CS.....	106.857	47.978	123.364	53.654
IR/CS diferidos.....	(6.032)	(2.171)	(2.377)	(857)
Efeito líquido registrado no resultado do exercício.....	100.825	45.807	120.987	52.797
Alíquota efetiva.....	21%	10%	25%	11%

(i) Em conformidade com os artigos 193 e 194 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580 de 2018), a Cooperativa não terá incidência do imposto sobre suas atividades econômicas. Somente pagará o imposto sobre os resultados positivos das operações e das atividades estranhas à sua finalidade. Dessa forma, os resultados dos atos cooperativos que se referem à atividade econômica principal da Cooperativa são excluídos da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

(ii) A Cooperativa registrou os juros sobre o capital social à conta de "Despesas financeiras" pelo valor bruto e incorporou o valor líquido dos efeitos tributários à cota capital de cada cooperado, conforme Nota Explicativa nº 18.a.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Cooperativa, em consonância com a Resolução nº 998/04 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprovou a NBC T 19.2, contabilizou o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, classificados no ativo não circulante, no montante de R\$ 108.894 (R\$ 100.771 em 2022), conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Diferenças temporárias.....	110.317	102.166
Reserva de reavaliação.....	(1.423)	(1.395)
	108.894	100.771

A estimativa de recuperação dos créditos tributários é revisada, no mínimo, anualmente, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício e aprovadas pela administração da Cooperativa. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes às provisões.

Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico

Unimed

Belo Horizonte

11/12

ANS - Nº 34.388-9

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

20. Receitas com operação de assistência à saúde

	31/12/2023	31/12/2022
Contraprestações emitidas	6.537.901	5.751.646
(-) Contraprestações transferidas	(117.778)	(103.998)
(-) Descontos	(206.598)	(179.264)
Contraprestações líquidas	6.213.525	5.468.384
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(18.389)	140.791
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	(137.923)	(128.963)
Contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde	6.057.213	5.480.212

21. Eventos indenizáveis líquidos

	31/12/2023	31/12/2022
Despesa com eventos	(6.338.012)	(5.419.213)
Glosas	159.192	133.429
Recuperação por coparticipação	537.594	456.252
Recuperação por reembolso ao contratante	709.677	542.209
Eventos conhecidos ou avisados	(4.931.549)	(4.287.323)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	(27.793)	2.597
Eventos indenizáveis líquidos	(4.959.342)	(4.284.726)

22. Resultado com operações não relacionadas com plano de saúde

	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	2.144	2.963
Receitas de assistência à saúde não relacionados com plano de saúde da Operadora	202.305	214.751
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	37.786	34.734
Receitas com administração de intercâmbio eventual	125.732	136.167
Outras receitas operacionais	38.787	43.850
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	(6.753)	(6.969)
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	(186.994)	(198.060)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(167.062)	(180.037)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(16.000)	(13.648)
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde	11.169	10.651
Provisão para perdas sobre créditos	(15.101)	(15.026)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora	(108.646)	(114.261)
Despesas com operações de intercâmbio eventual	(95.771)	(103.359)
Outras despesas operacionais	(12.875)	(10.902)

23. Despesas administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal próprio	(220.839)	(206.830)
Despesas com serviços de terceiros	(75.763)	(71.221)
Despesas com localização e funcionamento	(100.019)	(105.712)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(31.067)	(34.743)
Despesas com tributos	(7.652)	(24.943)
Despesas administrativas diversas (a)	(234.100)	(328.045)
Despesas administrativas	(669.440)	(771.494)

(a) Refere-se basicamente a gastos relativos a publicações, contribuições, despesas judiciais e gastos relativos à utilização do Fates R\$ 150.000 (R\$ 250.000 em 2022) conforme NE 18.b.

24. Resultado financeiro líquido

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Juros de aplicações financeiras	292.514	287.520
Receitas por recebimentos em atraso	17.829	17.137
Outras receitas	10.544	8.494
	320.887	313.151
Despesas financeiras		
Impostos e contribuições sobre transações financeiras	(1.547)	(5.547)
Descontos concedidos	(11.502)	(10.241)
Juros sobre o capital social (Nota 18.a)	(90.081)	(85.320)
Encargos sobre tributos	(400)	(472)
Outras despesas	(15.382)	(11.260)
	(118.912)	(112.840)
Resultado financeiro líquido	201.975	200.311

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Cooperativa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

b) Gerenciamento dos riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência de controladoria e finanças, segundo as políticas aprovadas pela administração. A gerência de controladoria e finanças identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A gerência de controladoria e finanças estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: (i) risco de mercado; (ii) risco de crédito; e (iii) risco de liquidez.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – afetarem os ganhos da Cooperativa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela administração. A Cooperativa não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

i) Risco de taxas de juros

A Cooperativa não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Cooperativa não trabalha com instrumentos derivativos, e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

ii) Risco cambial

A Cooperativa não está exposta a riscos cambiais.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros da Cooperativa que são sensíveis a variáveis de mercado com impacto na liquidez são representados por aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários. O risco atrelado a aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários da Cooperativa estão em sua maioria vinculados ao CDI. Essas operações indexadas ao CDI estão registradas a custo amortizado, conforme atualizações periódicas de acordo com as cotações divulgadas pelas instituições financeiras. Visando a apresentar a sensibilidade nas aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, aos quais a Cooperativa estava exposta em 31 de dezembro de 2023, foi realizada uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados, advindos de uma redução do CDI de 25% e 50% para ativos financeiros atrelados a taxas variáveis, demonstrado como segue:

Risco nas taxas de juros	31/12/2023 (12 meses adiante)		
	Cenário Provável CDI	Cenário Possível CDI	Cenário Remoto CDI
Taxas efetiva	13,04%	13,04%	13,04%
Taxas CDI conforme cenários	13,04%	9,78%	6,52%
Ativos financeiros atrelados a juros variáveis	2.270.153	2.270.153	2.270.153
Efeito no resultado:			
- Conforme a taxa efetiva (13,04% a.a.)	296.015	296.015	296.015
- Conforme cenários de stress (receita financeira)	296.015	222.011	148.008
Efeito líquido no resultado	-	74.004	148.008

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Cooperativa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Cooperativa. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A área operacional analisa e avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em históricos, os projetos individuais são monitorados individualmente visando a manter um nível alto de recebimento dentro dos prazos esperados.

A Cooperativa limita sua exposição a riscos de crédito ao investir em sua maioria em aplicações de renda fixa. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Cooperativa tenha investido em sua maioria em aplicações de renda fixa, aquela não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. As aplicações financeiras são concentradas em títulos públicos e bancos de 1ª linha, classificadas em AAA até AA-, avaliadas pelas principais agências de rating. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	257.821	219.434
Aplicações financeiras (Nota 5)	2.270.153	2.069.391
Contas a receber de clientes (Notas 6 e 7)	357.383	296.556
Bens e títulos a receber (Nota 9)	34.585	48.407
	2.919.942	2.633.788

O detalhamento da idade dos principais saldos que compõem o Contas a receber de clientes, bem como a movimentação da provisão para perdas sobre tais valores, está apresentado nas Notas Explicativas nº 6 e 7.

Outros valores a receber da Nota 9 foram ajustados pelas contas de estoque, adiantamento a funcionários e PDD.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Cooperativa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria da Cooperativa. A Cooperativa possui controle dos projetos e aplicações financeiras para gerenciar os saldos líquidos suficientes para honrar seus compromissos, sendo o risco de liquidez considerado pela administração como pouco relevante, frente à gestão dos recebimentos. Em geral, a Cooperativa não recorre a empréstimos bancários para suprir seu fluxo de caixa.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	31 de dezembro de 2023					
	Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	Mais que 2 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Débitos de operações de assistência à saúde	72.820	72.820	72.820	-	-	-
Débitos de operações assist. à saúde não relacion. c/ pl. saúde da OPS	16.885	16.885	16.885	-	-	-
Débitos diversos	124.026	124.827	71.515	52.892	319	101
Conta corrente de cooperados	605	605	605	-	-	-
	214.336	215.137	161.825	52.892	319	101
Passivos financeiros não derivativos						
Débitos de operações de assistência à saúde	84.197	84.197	84.197	-	-	-
Débitos de operações assist. à saúde não relacion. c/ pl. saúde da OPS	26.572	26.572	26.572	-	-	-
Débitos diversos	139.594	140.559	106.436	33.487	271	365
Conta corrente de cooperados	1.954	1.954	1.954	-	-	-
	252.317	253.282	219.159	33.487	271	365

Os fluxos de entradas (saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

c) Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa possui, aproximadamente, 49% (48% em 2022) do seu ativo total registrado como "Caixa e equivalentes de caixa" e "Aplicações financeiras" (Títulos e valores mobiliários).

d) Estimativa do valor justo

Os valores justos informados no balanço patrimonial não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros, alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico

Unimed

Belo Horizonte

12/12

ANS - Nº 34.388-9

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

A tabela a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa				
Depósitos à vista e aplicações financeiras	257.821	257.821	219.434	219.434
Títulos e valores mobiliários				
Títulos e valores mobiliários.....	2.270.153	2.271.853	2.069.391	2.072.757
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes.....	357.383	357.383	296.556	296.556
Outros valores a receber.....	34.585	34.585	48.407	48.407
Fornecedores (*).....	598.664	598.664	560.521	560.521

(*) Provisão de eventos a liquidar para SUS, eventos a liquidar de operações de assistência à saúde, débitos de operações de assistência à saúde, débitos de operações assist. à saúde não relacion. c/ pl. saúde da OPS e débitos diversos.

Os saldos referentes às aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários são substancialmente correspondentes ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas em sua maioria na variação do CDI.

Os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores e adiantamentos de clientes decorrem diretamente das operações da Cooperativa, sendo mensurados pelo custo amortizado, e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. Os adiantamentos de clientes não estão sujeitos a encargos financeiros.

e) Hierarquia de valor justo

O CPC 46 (Mensuração do Valor Justo) define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Essa norma também aborda que a mensuração de ativo ou passivo a valor justo é pautada nas premissas que os participantes do mercado utilizam para precificação e estabelece uma hierarquia de valor justo cujo propósito consiste na classificação, por prioridade, das informações aplicadas para a definição dessas premissas. A hierarquia do valor justo prioriza informações disponibilizadas em mercados ativos para instrumentos idênticos (dados observáveis) aquelas com baixo grau de transparência (dados não observáveis). Abaixo são detalhados os três níveis de hierarquia:

- Nível 1 - as informações são preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Entidade possa ter acesso na data da mensuração.
- Nível 2 - as informações excluem os preços cotados em mercados ativos incluídos no Nível 1 e abrangem informações substancialmente observáveis pelo prazo integral do ativo ou passivo: preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares; preços cotados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou informações corroboradas pelo mercado.
- Nível 3 - as informações não são observáveis para o ativo ou passivo, contudo correspondem aos melhores dados disponíveis pela Cooperativa na data de mensuração do valor justo, podendo incluir os próprios dados da Entidade.

A tabela que apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo, está apresentada na Nota Explicativa nº 5.

Ativos financeiros não mensurados ao valor justo

	2023		2022	
	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	-	257.821	-	219.434
Títulos e valores mobiliários.....	665.156	-	556.560	-
Contas a receber de clientes.....	-	357.383	-	296.556
Outros valores a receber.....	-	34.585	-	48.407

Não houve alterações de nível hierárquico no exercício de 2023 em relação a 2022.

f) Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Cooperativa não possuiu contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2023 e 2022.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros(as) e Diretores(as) da

Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico (Cooperativa) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Cooperativa, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Cooperativa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Com a determinação de cumprir as atribuições que lhe confiaram os médicos cooperados da Unimed-BH, o Conselho Fiscal buscou entender, acompanhar e exercer contínua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa.

Para tanto, além das avaliações rotineiras e sistemáticas da demonstração de resultado, movimentações e atividades contábeis e financeiras, procuramos acompanhar as mudanças da Cooperativa, decorrentes de medidas aprovadas em Assembleias Gerais, para fazer frente aos novos rumos da Saúde Suplementar no Brasil.

Os membros do Conselho Fiscal da Unimed-BH, no uso de suas atribuições estatutárias, tendo examinado o Relatório de Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, e com base no Parecer dos Auditores Independentes - ERNST & YOUNG Auditores Independentes, recomendamos sua aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de março de 2024.

Agradecemos aos colaboradores, gerentes, superintendentes e diretores da Unimed-BH pelo incentivo e apoio ao Conselho Fiscal no desempenho de suas funções.

26. Capital regulatório

A RN 569/22 da ANS dispõe sobre os critérios para definição do capital regulatório a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Conforme artigo 9º, o capital regulatório a ser observado pelas operadoras será o maior entre os seguintes valores:

- O capital base, apurado conforme a Seção I do Capítulo II; ou
- O capital baseado em riscos, apurado conforme a Seção II do Capítulo II.

I - O capital base: regra de capital que define um montante fixo a ser observado a qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização, calculado a partir da multiplicação do fator K = 6,68% pelo capital de referência RS 11.227 (RS 10.883 em 2022); ou II - O capital baseado em risco: apurado mensalmente pela operadora em função de fatores predeterminados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional

A Cooperativa efetuou os cálculos prévios da nova metodologia. O capital baseado em risco é de RS 896.289 (RS 801.240 em 2022).

O Patrimônio Líquido Ajustado apurado mensalmente a partir dos valores contabilizados como Patrimônio Líquido ou Social, ajustado pelos efeitos econômicos previstos em norma regulatória acima, compreende RS 3.191.426 (RS 2.788.001 em 2022).

O capital regulatório observado pela Cooperativa é maior entre os valores exigidos pela norma técnica.

27. Transações com partes relacionadas

A Cooperativa considera como partes relacionadas as pessoas ou as entidades que estão relacionadas com a Unimed-BH, levando em conta as premissas do CPC 05 - Partes Relacionadas. Divulgação sobre partes relacionadas, que considera, principalmente, influência significativa, membros do pessoal-chave da administração, entidades coligadas, controladas e empresas de um mesmo grupo econômico. Nesse sentido, as demais entidades integrantes do sistema Unimed não são consideradas partes relacionadas.

As transações realizadas pela Cooperativa com partes relacionadas estão representadas principalmente por seus cooperados que compreendem:

- Contraprestações a receber (ativo) no montante de RS 2.790 (RS 2.551 em 2022)
- Aplicações financeiras (ativo) no montante de RS 98.313 (RS 74.668 em 2022)
- Adiantamentos a cooperados (ativo) no montante de RS 29.288 (RS 27.863 em 2022)
- Eventos a liquidar (passivo) no montante de RS 71.288 (RS 71.686 em 2022)
- Conta corrente com cooperados (passivo) no montante de RS 605 (RS 1.954 em 2022)
- Custos (resultado) no montante de RS 1.542.823 (RS 1.388.541 em 2022)
- Despesa com utilização do Fates (resultado) no montante de RS 164.628 (RS 260.534 em 2022)

a) Remuneração dos administradores

Durante o exercício de 2023, a remuneração dos administradores da Cooperativa totalizou RS 15.009 (RS 12.203 em 2022). Tal montante foi apropriado no resultado dos respectivos exercícios como despesa, não existindo benefícios de longo prazo concedidos aos administradores da Cooperativa.

Dr. Frederico José Amédée Pêret
Diretor-Presidente

Dra. Maria das Mercês Quintão Fróes
Diretor de relacionamento com o cooperado

Dr. Geraldo Teixeira Botrel
Diretor de gestão empresarial

Dr. Garibaldi Mortezo Júnior
Diretor de mercado

Dr. Eudes Arantes Magalhães
Diretor de gestão assistencial

Edson Dimas Frainz
Contador CRC-MG 60984/O-2

Suelen Amélia de Almeida
Atuária
MIBA 2179

O acompanhamento e constituição das provisões técnicas conforme Notas: 3.4.a, b e f e Nota 14, é efetuado por atuária. Os valores destas provisões técnicas com metodologia de cálculo, substanciada em Nota Técnica Atuarial de Provisões - NTAP, estão devidamente conferidos e reconhecidos no balanço da Cooperativa, conforme assinatura do atuário responsável pelo cálculo das provisões nestas peças.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-015199/O-6

Rogério Xavier Magalhães
Contador CRC IMG-080613



A participação dos membros suplentes, Dra. Cristiana Fonseca Beaumord, Dra. Maria Mercedes Zucheratto Castro e Dr. Aloísio Ferreira da Silva Filho, a quem muito agradecemos, foi imprescindível para que chegássemos ao final do mandato com a consciência de ter cumprido o nosso dever.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2024.

Efetivos:
Dra. Elôa Nolasco Porto
Dr. Marcelo Gomes Girundi
Dr. Rodrigo Perroni Cruzeiro

Suplentes:
Dr. Aloísio Ferreira da Silva Filho
Dra. Cristiana Fonseca Beaumord
Dra. Maria Mercedes Zucheratto Castro



COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - Copasa
 Companhia Aberta
 CNPJ nº 17.281.106/0001-03
 NIRE 31.300.036.375
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA (AGOE)

Ficam convocados os senhores acionistas da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - Copasa a se reunirem em AGOE, a ser realizada às 10:00 horas do dia 26 de abril de 2024, na sede social da Companhia, situada na rua Mar de Espanha, 525, Santo Antônio, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária (AGO):

(i) aprovação do relatório anual da administração, balanço patrimonial e das demonstrações financeiras da Copasa e consolidadas, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023;

(ii) destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício encerrado em 31/12/2023, com a retenção de parte do lucro líquido para reinvestimento e pagamento de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - JCP, a serem considerados como dividendo anual mínimo obrigatório e definição da data de pagamento dos dividendos e JCP referentes ao quarto trimestre de 2023;

(iii) aprovação do Programa de Investimentos da Copasa para o exercício de 2024, nos termos do § 2º, do artigo 196 da Lei nº 6.404/1976;

(iv) definição do número de Conselheiros e eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE):

(i) fixação da verba para remuneração global dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da Companhia;

(ii) adequação do excesso da Reserva de Lucros em relação ao Capital Social da Companhia, por meio de distribuição de R\$300.000.000,00 em Dividendos Extraordinários, e integralização de R\$203.389.652,57 ao Capital Social, sem emissão de novas ações.

Conforme a Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia informa que a participação nesta AGOE poderá ocorrer presencialmente, de modo parcialmente digital (remota) ou por meio do Boletim de Voto à Distância, conforme instruções abaixo:

(a) os acionistas que optarem pela participação remota deverão solicitar à Unidade de Serviços de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@copasa.com.br, até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGOE, o link e os dados de acesso à plataforma digital. A solicitação deverá estar acompanhada da documentação pertinente.

(b) para a participação por meio do Boletim de Voto à Distância, os acionistas devem enviar seus Boletins de Voto, conforme modelo disponibilizado pela Companhia, por meio: (i) de seus respectivos agentes de custódia; (ii) da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia (Bradesco S.A.); ou (iii) diretamente à Companhia, observando as orientações descritas na Resolução CVM nº 81/2022.

A fim de facilitar a participação na Assembleia pela forma presencial ou parcialmente digital (remota) solicita-se a entrega dos seguintes documentos na sede da Companhia, aos cuidados da Unidade de Serviços de Relações com Investidores, até o dia 23 de abril de 2024: (i) extrato ou comprovante de titularidade de ações expedido pela Brasil, Bolsa, Balcão (B3) ou pelo Bradesco S.A., instituição prestadora de serviços de ações escriturais da Companhia; (ii) para aqueles que se fizerem representar por procuração, instrumento de mandato com observância das disposições legais aplicáveis (artigo 126 da Lei nº 6.404/1976).

É facultado aos acionistas detentores de no mínimo 5% (cinco por cento) do capital votante da Companhia requerer a adoção de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração a ser realizada nesta Assembleia ora convocada, nos termos da Resolução CVM nº 70/2022, devendo ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes desta Assembleia Geral.

Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGOE, ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, no endereço eletrônico ri.copasa.com.br e no website da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Brasil, Bolsa, Balcão (B3), em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 e o artigo 6º da Resolução CVM nº 81/2022.

Belo Horizonte, 26 de março de 2024
 Hamilton Amadeo
 Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUCILÂNDIA/MG

Torna público a suspensão da sessão de licitação, do PL nº 22/2024 Pregão Eletrônico 09/2024, considerando impugnação enviada pela empresa CENTRO OESTE IMPLEMENTOS PARA TRANSPORTE CNPJ nº 25.521.683/0001-53. Objeto: aquisição de motoniveladora nova de fábrica, necessária para melhoria da infraestrutura rural conforme convênio de saída N. 1231002729/2023-SEAPA. Devido à grande extensão de estradas vicinais, faz-se necessário possuir ou locar equipamentos para conservação de manutenção das vias, garantindo eficácia para o escoamento regular da produção agropecuária e, assim, a possibilidade de aprimoramento das condições de produção vinculadas à agricultura familiar, com redução considerável de custos, proporcionando sustentabilidade, aumento da produtividade e uma melhor qualidade de vida para as populações atendidas. Por se tratar de serviços realizados durante todo o ano e em todos os anos, considerando o custo com locação de equipamentos, a administração buscou celebrar convênio para aquisição de uma motoniveladora, sendo assinado o convênio de saída N°1231001998/2023/SEAPA. Maiores informações: (031) 3574-1260 - S. Licitação, Av. Ernesto Antunes da Cunha, 67, Centro, Crucilândia/MG - e-mail: licitacao@prefeituradecrucilandia.mg.gov.br - Ilairson Ferreira de Souza - Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

MARCO TÚLIO TALLARICO CÂMBRAIA e ESPÓLIO DE NELI SUZANA TALLARICO CÂMBRAIA vêm CONVOCAR PARA FINS DE REUNIÃO o sócio MARCO ANTÔNIO TALLARICO CÂMBRAIA. A reunião será realizada no dia 09.04.2024 (terça-feira), às 14:00 horas para primeira convocação e às 14:30 para segunda convocação, à Av. Castelo Branco, nº 391, Sala I, Bairro Horto, Ipatinga/MG, CEP: 35.160-294, sede da CAIPA COMERCIAL e AGRÍCOLA IPATINGA LTDA., com fins de deliberação para: 1. Adequação e correção da qualificação da sócia Neli Suzana Tallarico Cambraia para Espólio de Neli Suzana Tallarico Cambraia, face ao falecimento ocorrido em 16.01.2021; 2 Alteração da administração da sociedade, passando a ser exercida exclusivamente pelo sócio Marco Túlio Tallarico Cambraia. Por fim, serão deliberadas outras questões relevantes à sociedade.



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
 NO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINISTÉRIO DOS
 TRANSPORTES



AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO (COM PRAZO)

Pregão Eletrônico R1 nº 90016/24-06 – UASG 393031

Nº Processo: 50606006156202358. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços necessários de manutenção rodoviária (conservação/recuperação) na rodovia BR-116/MG, segmento do Entr. BR-342(A) (Rib. Três Barras) (Catugi) ao Acesso Itambacuri, sobre jurisdição da Superintendência Regional do DNIT no Estado de Minas Gerais, no âmbito do Plano Anual de Trabalho e Orçamento. Total de Itens Licitados: 1. Edital:27/03/2024 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: www.dnit.gov.br ou Rua Líder 197 – Aeroporto – Belo Horizonte/MG ou <https://www.gov.br/compras>. Entrega das propostas: a partir de 27/03/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 12/04/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

ANTONIO GABRIEL OLIVEIRA DOS SANTOS
 Superintendente Regional do DNIT No Estado de Minas Gerais

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA (COM PRAZO)

Pregão Eletrônico R1 nº 90051/2024 - UASG 393031

Nº Processo: 50606003469202354. Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, publicada no DOU de 08/03/2024. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços necessários de manutenção rodoviária (conservação/recuperação) na rodovia BR-267/MG, segmento do km 7,6 ao km 115,1. Novo Edital: 26/03/2024 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Rua Líder, N°197, Aeroporto - Belo Horizonte/MG ou <https://www.gov.br/compras>/ edital/393031-5-90051-2024. Entrega das Propostas: a partir de 26/03/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 11/04/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

ANTONIO GABRIEL OLIVEIRA DOS SANTOS
 Superintendente Regional do DNIT No Estado de Minas Gerais

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S. A.

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. comunica aos consumidores e aos demais interessados que, conforme o disposto nos Procedimentos do Programa de Eficiência Energética - PROPEE, revisado conforme art.º 1º da Resolução Normativa nº 920 de 23 de fevereiro de 2021, realiza audiência pública, referente ao seu Programa de Eficiência Energética (instituído pela Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000), ano 2024, mediante intercâmbio de documentos e informações, na forma abaixo especificada: Informações sobre o Programa e Chamada Pública estarão à disposição dos interessados no seguinte endereço: <https://www.cemig.com.br/audiencia-publica/>

Forma de Participação: As contribuições deverão ser endereçadas à CEMIG via e-mail ou por meio de correspondências conforme endereços abaixo especificados.

- Email: audienciapublicaei@cemig.com.br
- PR/EE: Av. Barbacena, 1200 - 8º andar - A1
 30190-131 - Belo Horizonte - MG

LICENCIAMENTO AMBIENTAL CONCOMITANTE

O Empreendedor ICM MINERAÇÃO & SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 51.568.612/0001-16, nos termos do art. 30 da Deliberação Normativa Copam nº 217, de 2017, torna público que solicitou à Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha, o Licenciamento Ambiental Concomitante – LAC1, Licença Previa, Licença de Instalação e Licença de Operação (LP+LI+LO), para o empreendimento ICM MINERAÇÃO & SERVIÇOS LTDA, para as atividades de Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento A-02-07-0, Unidade de Tratamento de Minerais – UTM, com tratamento a úmido e Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil A-03-01-8, Diamantina/MG, Classe 4, conforme solicitação no Sistema de Licenciamento Ambiental nº 2023.09.01.003.0001155.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A DIRETORIA EXECUTIVA da IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS DE LAGOINHA, entidade religiosa inscrita sob o CNPJ 15.025.063.0001/70, devidamente representada por seu Pastor 1º Vice Presidente Alcides Fernandes Costa, atendendo o disposto nos artigos 20 a 25 do Estatuto Social da entidade, convoca os membros adimplentes para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, de acordo com a Convocação Geral lançada no dia 22 de março de 2024, a realizar-se na sede da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Lagoinha situada a Rua Jardim de Alá nº 320, Bairro da Lagoa, Ribeirão das Neves – MG, no dia 02 de Abril de 2024, com início às 19:00 hs em primeira convocação e às 19:15 hs em segunda convocação com qualquer número de presentes.

A reunião terá como pauta

- 1 – Referendo do Novo Pastor Presidente.
- 2 – Outros assuntos pertinentes proposto pela própria Assembleia
 Ribeirão das Neves, 26 de Março de 2024.

Alcides Fernandes Costa

1º Vice Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Lagoinha

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA/MG.

Edital nº010/2023. Retificação 002, TP nº001/2023, Proc.º20/2023. Menor preço por lote. Objeto contratação de empresa especializada p/ execução de serviços de reforma do 2º e 3º pavimento e de acessibilidade ao prédio adm. incluindo a adequação da parte elétrica da Câmara, além da reforma e adequação do prédio do Cine Câmara, conforme termo de referência que passa a integrar o edital p/ todos os fins, independente de transcrição. Início da sessão pública 15/04/2024, às 13h, na R. Padre Antônio Aleixo Ribeiro, 98, Centro. O edital encontra-se no site: <http://www.santabarbara.com.mg.gov.br/licitacoes>. José Leonardo de S. Filho, Presidente.

COMUNICADO

A exigência de pagamento antecipado de qualquer quantia para recebimento de empréstimos financeiros, carta de crédito de consórcio e venda de veículos automotores, pode ser indício de golpe contra o consumidor. Antes de fechar negócio, consulte o Procon de sua cidade, o Procon Estadual de Minas Gerais (31) 3335-8552 ou a Delegacia Especializada de Ordem Econômica (31) 3330-1757 e 3330-1798. Delegacia Especializada de Crimes Contra o Consumidor 3275-1887.

SESAM DE CARMÓPOLIS/MG

AVISO DE LICITAÇÃO

PRC nº 024/2024 P.E nº 005/2024. OBJETO: AQ. DE MAT. ELETRICOS PARA ETA E ALMOX. ABERTURA: 11/04/24 às 09 horas
 LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: www.licitardigital.com.br
 ESCLARECIMENTOS: (37)3333-1457 www.sesamcarmopolis.com.br

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 16/04/2024 às 10:10hs / 2º Público Leilão: 17/04/2024 às 10:10hs
 FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Um lote de terreno nº 19, da quadra nº 13 com área de 160,00m², onde foi edificada uma construção residencial com área de 84,88m², situada na rua Moscou, nº 329, bairro Lincoln Nogueira, Nova Serrana/MG. Imóvel objeto da Matrícula nº 73.032 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Serrana/MG. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. 1º Leilão: R\$ 301.228,39 (trezentos e um mil, duzentos e vinte e oito reais e nove centavos). 2º leilão: R\$ 292.401,85 (duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e um reais e oitenta e cinco centavos). O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Ficam os Fidejantes: WALLACE DO NASCIMENTO REIS, brasileiro, autônomo, solteiro, nascido em 10/02/1977, C.I.: MG-6.381.022 PC/MG, CPF: 971.241.176-15, residente e domiciliado na rua Boa Esperança, nº 521, bairro Luzia Maria dos Santos, Nova Serrana/MG, CEP: 35525389, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO -Processo Licitatório n.º 457/2023, Modalidade: Concorrência Pública n.º 028/2023. Objeto: execução de obra de construção de coreto no distrito de Conselheiro Mata, no Município de Diamantina (MG). Fonte de Recursos: Contrato de financiamento BDMG/INFRA n.º 365.885/2023. Verificada a regularidade procedimental [...], HOMOLOGO o presente processo em favor da empresa Nelson Simões Siqueira Junior, CNPJ 29.827.700/0001-36, com o valor global de R\$ 167.272,28. Diamantina, 25 de março de 2024. Juscelino Brasileiro Roque - Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PARA ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PROTEÇÃO MUTUA DE VEÍCULOS INDICADOS POR REVENDAS.

Convidamos pessoas interessadas para a Assembleia de Fundação da ASSOCIAÇÃO PROTEÇÃO MUTUA DE VEÍCULOS INDICADOS POR REVENDAS, a comparecerem no dia 09 de abril de 2024, às 17:00 horas à localizada à Avenida Tito Fulgêncio, nº 250, loja 2, bairro Jardim Industrial no município de Contagem/MG - CEP: 32.215-000, para participarem, na qualidade de associado fundador, da fundação da Associação, eleição e posse da diretoria e aprovação de estatuto e regulamento.

Contagem, 27 março de 2024.

Presidente

ANUNCIE
 NOS PRINCIPAIS
JORNAIS
 DE MINAS GERAIS.



+ 20 MILHÕES
 DE PESSOAS IMPACTADAS*

Ligue: (31) 2101-3500
 ou envie e-mail para: comercial@otempo.com.br

Segunda a sexta-feira,
 de 9 às 19h.



*Fonte: Kantar Ibope e IVC – número obtido através do cálculo: no de leitores (Ibope) / no de exemplares (IVC) = média de leitores por exemplar x circulação total de impresso + digital (IVC) = quantidade de leitores em Minas. Instagram - Março/20 | Facebook - Março/20 | Fonte: Twitter - Março/20 | Google Analytics - Março/20 - O jornal O Tempo Betim não é pesquisado pelo Ibope, considerando então 1 leitor por exemplar | Instagram - Março/20 | Facebook - Março/20 | Twitter - Março/20 | Google Analytics - Março/20.